

## **Cabo Verde: governação e desenvolvimento**

### **Importância das parcerias público-privadas**

Jaime Lourenço

Colm Foy

#### **Introdução**

A localização geográfica de Cabo Verde, no Atlântico, a meio caminho entre os continentes europeu, africano e americano, assume hoje, como ontem, um papel determinante no desempenho económico do arquipélago.

Com efeito, Cabo Verde situa-se no cruzamento de importantes rotas, inicialmente marítimas e mais recentemente aéreas. No séc. XIX o Porto Grande, situado no Mindelo, ilha de S. Vicente, foi o principal porto reabastecedor de carvão aos navios que faziam as rotas atlânticas. Mais recentemente, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XX, o Aeroporto dos Espargos, ilha do Sal, tem tido um papel de relevo no apoio à navegação aérea.

No entanto, apesar das vantagens comparativas resultantes da sua localização privilegiada, o desenvolvimento do arquipélago foi, desde sempre, condicionado pela escassez de recursos naturais e pelas fortes secas que, com regularidade, assolaram as ilhas, com reflexos dramáticos nas condições de vida e de sobrevivência dos seus habitantes.

Nestas condições, as ilhas foram progressivamente remetidas para uma situação de isolamento, com consequências graves para a economia de Cabo Verde.

Não admira, pois, que a *emigração* para os EUA, para os países africanos vizinhos e para a Europa se tivesse assumido como um fenómeno determinante e permanente, no passado e no presente, da sociedade cabo-verdiana.

O papel destes cabo-verdianos da diáspora, na transformação das condições económicas do arquipélago, foi determinante. Com as transferências de divisas propiciaram a expansão monetária dos anos 1960-1970, o aumento do poder de compra da população residente e o consequente crescimento da procura de bens de consumo acima do que a frágil estrutura produtiva interna podia suportar. Daí o rápido crescimento das importações e dos desequilíbrios crónicos das balanças comercial e de pagamentos.

A vocação de Cabo Verde para a prestação de serviços (de apoio à navegação marítima e aérea) desde cedo se revelou uma solução, face à escassez de recursos.

Na fase final do período colonial a economia dependia, como hoje, das transferências do exterior (privadas e públicas) e dos serviços prestados. Este modelo foi seguido nos anos pós-

independência, sendo as transferências públicas (antes asseguradas pela metrópole colonial) substituídas pela ajuda internacional ao desenvolvimento.

Nesse período, uma economia centrada no Estado determinou uma retracção do investimento público, o abrandamento do crescimento e o aumento da inflação e do défice orçamental.

Conscientes dos limites e do esgotamento deste modelo de desenvolvimento, no final dos anos 80, as autoridades procederam à reorientação da estratégia até então seguida promovendo a abertura política e a liberalização dos preços e do comércio externo.

No início da década de noventa, na sequência das primeiras eleições livres realizadas no país, foram implementadas reformas visando a consolidação de uma economia de mercado, aberta ao exterior e claramente apoiada no sector privado, com bons resultados (reconhecidos quer interna quer externamente).

No entanto, a vulnerabilidade de Cabo Verde aos choques internos e externos persiste estando todos (anteriores e actuais autoridades do país, países e instituições doadores e estudiosos da realidade cabo-verdiana) conscientes de que *a solução para o crescimento autosustentado passa pela transformação dos factores internos de modo a promover o ambiente adequado ao reforço do papel da iniciativa privada nacional, ao aumento da poupança, da acumulação de riqueza e do investimento privado interno.*

Trata-se de tudo fazer para tentar «quebrar o círculo vicioso da dependência da ajuda externa», de volume e duração imprevisíveis. Todavia, e durante mais alguns anos, Cabo Verde tem absoluta necessidade daquela ajuda.

Cabe aqui referir uma situação paradoxal que vem preocupando as autoridades cabo-verdianas: Cabo Verde tem sido um dos países mais ajudados com o objectivo de ultrapassar vulnerabilidades e rumar ao desenvolvimento (76,5 milhões de dólares em 2001, a que correspondem 171,9 de dólares *per capita*, Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2003). No entanto, os bons resultados e indicadores obtidos graças àquela ajuda poderão determinar a sua redução (por exemplo, deixar de integrar o grupo dos PMA) com consequências negativas no desempenho económico, bem como na manutenção dos indicadores entretanto atingidos.

A solução para superar este «círculo vicioso da dependência da ajuda externa» reside, essencialmente, na implementação de medidas propiciadoras da melhoria da competitividade que arrastará consigo o alargamento da base produtiva interna (virada para o abastecimento interno e para as exportações) e, ainda, na estabilidade macroeconómica de modo a estimular o investimento e promover o crescimento auto-sustentado.

Para conseguir este desiderato, Cabo Verde oferece vantagens comparativas. Regista oportunidades de investimento, possui legislação atractiva para o investimento interno e externo e, finalmente, tem uma mão-de-obra jovem, relativamente bem qualificada e com bons níveis de produtividade quando sujeita a formação profissional, adaptando-se com facilidade a processos

produtivos complexos. *O grande desafio reside em transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas.*

Neste processo de mudança as *parcerias* entre sector público (Estado e autarquias), sociedade civil, diáspora e sector privado (nacional e externo) serão decisivas. Tal implica a criação e reforço de um clima de confiança e cumplicidade entre todos os actores envolvidos.

As parcerias público-privadas (PPPs) são frequentemente vistas, em particular pelos doadores e pelas agências internacionais, como um conjunto de relações bilaterais entre o governo (central e/ou local) e os diferentes actores da sociedade civil.

Na generalidade dos países em desenvolvimento, com excepção dos que apresentam sistemas federais bem definidos e descentralizados (como, por exemplo, a Nigéria e o Brasil) o governo faz-se representar nas PPPs a nível central.

Nesta perspectiva, e para os mais cépticos, as relações de cooperação estabelecidas, face ao limitado número de parceiros envolvidos e eventual possibilidade de existência de corrupção, limitam a eficiência e sustentabilidade das PPPs.

Como factores limitativos destas PPPs apontam-se, ainda, a eventual falta de conhecimento da realidade local e a possibilidade de prejudicar as empresas que constituem o tecido empresarial dos países em desenvolvimento (pequenas e micro empresas).

Finalmente, quando o parceiro privado é uma ONG, os seus objectivos políticos e específicos podem obstar à participação de parceiros com ambição de desempenhar um papel económico relevante, impedir o trabalho com o governo central, câmaras de comércio, sindicatos, exército, ou com qualquer outro actor com o qual não se sinta identificada.

No entanto, da análise da experiência da República de Cabo Verde, fica claro que as PPPs multi-nível e multi-dimensionais podem resolver muitos dos problemas atrás identificados.

Estas parcerias PP/PP/PPP (público-público/público-privado/privado-privado, tendo em conta, na vertente privada: sociedade civil residente, elementos da diáspora, empresários lusófonos e outros empresários estrangeiros) oferecem, por outro lado, vantagens significativas: aumentando o número e dimensão das parcerias, reduzem o risco de corrupção pela elevação dos níveis de vigilância, contribuindo, assim, para a boa governação, que é um instrumento essencial para que os países em desenvolvimento beneficiem da globalização.

A este propósito refira-se que a NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África tem como pilares: a existência de parcerias reforçadas; a responsabilização mútua; o compromisso em relação aos resultados e os *peer review* (exame pelos pares, a exemplo da OCDE) e, como condição-chave para o desenvolvimento, a *boa governação*.

Em suma, Cabo Verde terá de se posicionar para a mudança implementando transformações e reformas assentes em critérios de produtividade e competitividade, que favoreçam a inovação, a criatividade, as parcerias entre Estado-Sociedade Civil- Empresas e a boa governação (pública e empresarial).

## Parte I

### Cabo Verde – Enquadramento económico, social e político

#### **Breve caracterização de Cabo Verde**

O Arquipélago de Cabo Verde, constituído por dez ilhas (9 das quais habitadas), com uma superfície total de 4.033 km<sup>2</sup>, situa-se no Atlântico a cerca de 650 km da costa ocidental do continente africano, ao largo do Senegal, Gambia e Mauritânia.

As ilhas são de origem vulcânica, acidentadas e pouco propícias à agricultura e à criação de gado. O clima é seco e árido, características climáticas da região saheliana a que o arquipélago pertence.

Tais condições condicionam fortemente o desenvolvimento da agricultura (de subsistência) que regista produções insuficientes face às necessidades alimentares da população.

Do exposto, podemos concluir que Cabo Verde apresenta fragilidades (pequena dimensão, insularidade e escassez de recursos naturais) e que, mercê disso, enfrenta dificuldades acrescidas em reagir aos choques económicos externos e aos efeitos negativos de fenómenos naturais (secas, inundações, erupções vulcânicas e riscos de epidemias).

Neste contexto, a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes contribuíram e continuam a contribuir, decisivamente, para ultrapassar desequilíbrios crónicos de alguns indicadores macroeconómicos.

E muito embora se reconheça a necessidade de manutenção e reforço da ajuda e das remessas referidas, algumas acções levadas a cabo nos últimos anos perspectivam um processo rumo ao desenvolvimento menos dependente do financiamento exterior.

Neste sentido, há a destacar a crescente aposta no turismo, o desenvolvimento de zonas francas, a criação de parques industriais e de exposições, a possibilidade de expansão de serviços internacionais, nomeadamente, serviços de apoio aos transportes aéreos e marítimos, serviços informáticos e serviços financeiros *offshore*.

Em Cabo Verde existe estabilidade social, sem conflitos étnicos ou religiosos e é assegurada e protegida a propriedade privada.

No âmbito político, em Cabo Verde está hoje consolidado um sistema parlamentar apoiado em eleições livres, permitindo a alternância política, em resultado de um processo que decorreu de 1975, ano da independência nacional, até aos dias de hoje, de forma exemplar, tendo as instituições políticas e o povo cabo-verdianos revelado maturidade, tolerância e clara aceitação dos princípios de convivência democrática.

De modo sucinto, o Quadro 1 evidencia alguns indicadores económicos, sociais e políticos de Cabo Verde relativos a 2000/2001.

Relativamente a estes indicadores deve, no entanto, ter-se em conta que a determinação do PNB e do PIB, para o caso concreto de Cabo Verde, encerra dificuldades devido ao facto de um número elevado de cabo-verdianos residir no exterior (cerca de 500.000, ou seja, número superior ao dos residentes) e, ainda, dos constantes fluxos de entradas e saídas de nacionais do país.

De facto, existem importantes comunidades de cabo-verdianos espalhadas por países de vários continentes, com destaque para os EUA (250.000), Portugal (80.000), Angola (35.000), França (25.000) e Senegal (25.000).

O estatuto das referidas comunidades varia de caso para caso e o dos indivíduos que as constituem, para efeitos estatísticos, pode variar de ano para ano.

Neste contexto, as dificuldades referidas acima residem em prever e determinar, com rigor, o volume das remessas do exterior que, pelo seu peso nas contas nacionais, pode aumentar ou atenuar a diferença entre PNB e PIB.

#### Quadro 1

<b>Cabo Verde em Ficha</b>	
Designação Oficial	República de Cabo Verde
Área	4.033 Km <sup>2</sup>
População Residente (2000)	434.263 Habitantes
Densidade Populacional	109 hab./km <sup>2</sup>
Mortalidade Infantil (2001)	29 ‰
Esperança de Vida à Nascimento (2001)	69,7 anos
Taxa de População Urbana (2001)	63,3 %
Pessoas/Agregado Familiar	4,6 pessoas
População Abaixo da Linha de Pobreza (2002)	29 %
Taxa de Desemprego (1º trimestre 2003)	16,7 %
Taxa de Alfabetização de Adultos (+ 15 anos) (2001)	74,9 %
Taxa de Alfabetização de Jovens (15-24 anos) (2001)	88,6 %
Taxa de Escolarização Primária Líquida (2001)	99 %
Assinantes de telefones fixos e telemóveis (2001)	21,5 %
Utentes de Internet (2001)	2,6 %
Nº de computadores pessoais em uso (por 100 pessoas) (2001)	6,9
Acesso a Água Potável	74 % da população
PIB per capita (2001)	1.317 US\$
Capital	Praia (106.000 habitantes)
Clima	Seco e tropical, 25°C de temperatura média anual
Religião	95% cristãos
Língua Oficial	Português
Unidade Monetária	Escudo de Cabo Verde
Taxa de Câmbio (fixa)	1 EUR = 110,264 CVE*
Data da Actual Constituição	25 de Setembro de 1992
Assembleia Nacional	72 Deputados, eleitos por um período de 5 anos, por sufrágio universal
Composição Actual	PAICV - 40 Deputados MpD - 30 Deputados ADM - 2 Deputados

Mulheres no Governo, a nível ministerial (2000)	35 % do total de membros do Governo
Mulheres no Parlamento (2003)	11,1 % do total de deputados
Chefe de Estado	Pedro Verona Rodrigues Pires
Primeiro-Ministro	José Maria Pereira Neves

\* A partir de Julho de 1998, o CVE passou a integrar o conjunto de moedas cotadas oficialmente pelo Banco de Portugal.

Fontes: Cabo Verde: um país em ficha, ICEP, Fev. 99

Resultados Preliminares do Recenseamento Geral do ano 2000, INE, Praia, 2001

World Development Indicators Data Base, World Bank, Jul, 2000

Cape Verde at a Glance, World Bank, 2000

Relatório do Desenvolvimento Humano 2003, PNUD, 2003

Observatório de Migrações e Emprego, IEFP, 1º trimestre 2003

### **Sectores de actividade económica**

#### *Enquadramento*

Cabo Verde, quando comparado com os países da África Subsaariana, apresenta um bom desempenho económico. Todavia, como já foi referido, para assegurar esse desempenho o país é ainda muito dependente da ajuda externa.

Isso acontece em virtude da escassez de recursos e da fragilidade do seu tecido produtivo, o que determina um desequilíbrio entre produção interna e as necessidades da população residente e leva a que o país importe a maior parte dos bens de consumo de que necessita.

De facto, o desequilíbrio das contas com o exterior reflecte uma estrutura produtiva inadequada às solicitações da procura.

A atenuação do problema passa por agir sobre a estrutura produtiva de modo a reforçar a qualidade e quantidade da oferta e permitir a afectação eficiente dos escassíssimos recursos disponíveis.

Neste âmbito, torna-se imperioso acelerar o processo de privatizações e promover o desenvolvimento e modernização de um sector empresarial privado competitivo, com níveis de produtividade altos, como condição essencial para tentar harmonizar a relação PIB-Consumo.

De modo sucinto, passamos a analisar as vulnerabilidades e os sectores de actividade económica, sobre os quais há que agir de modo a combater, reduzir e ultrapassar as vulnerabilidades e criar condições para um desenvolvimento autosustentado e menos dependente da ajuda externa.

#### ***Vulnerabilidades estruturais***

Resumidamente, podemos dizer que Cabo Verde apresenta as seguintes vulnerabilidades estruturais:

- *pequena dimensão*, com reflexos numa maior exposição de grande parte do território aos choques naturais (secas, inundações, erupções vulcânicas, sismicidade, invasões vegetais e animais e risco de epidemias); na exiguidade de mercado interno; nos custos médios de alguns factores de produção e de serviços, nomeadamente, água, transportes e telecomunicações;
- *insularidade*, implicando a multiplicidade e volume de investimentos necessários nas diversas ilhas (portos, aeroportos, unidades de dessalinização de água, centrais eléctricas, hospitais e demais infra-estruturas);
- *escassez de recursos naturais*, com reflexos na baixa produtividade na agricultura, nas pescas (pela não existência de uma plataforma continental); na produção industrial (pela falta de matérias-primas e de recursos minerais). Como factor positivo, podemos afirmar que Cabo Verde possui um bom clima associado à qualidade das suas praias, com grande potencial para o turismo;
- *escassez de recursos humanos qualificados*, apesar de Cabo Verde possuir uma mão-de-obra jovem e qualificada, quando comparada com a média africana, o número de quadros médios e superiores existentes é, ainda, insuficiente face às necessidades do país.

Para além das vulnerabilidades estruturais referidas, Cabo Verde é sensível aos seguintes choques externos:

- *políticos*: as sanções internacionais impostas à África do Sul, nos anos 80, privaram Cabo Verde de importantes receitas em divisas. A SAA voltou a utilizar o Aeroporto Internacional do Sal a partir de 1991. No entanto, a partir de 1999, a Aeroflot deixou de o utilizar provocando uma perda de receitas anuais de cerca de 2,4 milhões de US\$;
- *tecnológicos*: por efeito das rápidas transformações tecnológicas o Estaleiro Naval do Mindelo perdeu um importante mercado de reparação de navios mercantes. As inovações tecnológicas em aviões de longo curso poderão determinar a perda relativa de importância da posição geográfica de Cabo Verde, como escala entre África, Europa e América;
- *instabilidade da procura turística*: o volume de turistas com destino ao país pode diminuir, por exemplo, em virtude das fortes perturbações políticas na África Ocidental (apesar da grande estabilidade política e social de Cabo Verde) ou de acontecimentos similares ao 11 de Setembro nos EUA, que provocaram uma queda significativa no volume dos fluxos de turistas a nível mundial;
- *eventual estagnação (ou mesmo redução como aconteceu em 1997) das transferências dos emigrantes*: pelo seu volume (15,7% do PIB e 63% das exportações totais, em 1998) se vê a importância desta variável no equilíbrio da Balança de Pagamentos. O regresso de emigrantes ao país e as dificuldades criadas à emigração por acordos internacionais e, ainda, a maior integração nos países de acolhimento das 2ª e 3ª gerações de emigrantes pode levar a uma diminuição das remessas, com consequências graves para a economia e desenvolvimento de Cabo Verde;

– *redução e menor previsibilidade da ajuda externa*: de facto, Cabo Verde, apesar dos constrangimentos que estão a ser enumerados, apresenta bons indicadores de desempenho económico e social que poderiam determinar a sua exclusão do *grupo de países menos avançados* e a não utilização de apoio e ajuda em condições mais vantajosas;

– *económicos*: o aumento dos preços dos produtos importados agravaria, ainda mais, o saldo deficitário da balança comercial; a diminuição da ajuda e remessas teria um efeito negativo no equilíbrio da balança de pagamentos; a eventual mudança de condições na regularização da dívida externa criaria dificuldades acrescidas ao país.

Estes constrangimentos são limitativos do desempenho económico e social do país.

No entanto, como já foi referido, há que agir sobre a estrutura produtiva de modo a reforçar o seu peso quantitativo e qualitativo no processo de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Passemos à análise sucinta dos sectores de actividade mais relevantes

### ***Análise dos sectores de actividade mais relevantes***

#### *Agricultura*

Como já foi referido os solos são de origem vulcânica e o clima é seco e árido, condicionando a produtividade do sector agrícola.

A produção do sector satisfaz apenas cerca de 10 por cento das necessidades alimentares, o que leva o país a ser um importador de produtos agrícolas.

O défice alimentar existente é minimizado com o apoio da Ajuda Alimentar Mundial.

A pecuária satisfaz, em cerca de 95 por cento, a procura interna de carne.

No que se refere a lenha, carvão e madeira, e aos volumes de produção exigidos, há necessidade de harmonizar florestação e utilização dos solos para os melhores fins agrícolas sendo importante continuar a implementar programas ao nível da engenharia rural e das florestas (como, por exemplo, promover a construção de diques e prospectar a existência de águas subterrâneas) com o objectivo de combater a desertificação e promover a protecção e valorização dos recursos naturais.

Importa racionalizar a utilização dos recursos em solo e água e obter melhores coeficientes de produtividade (a título de exemplo, a cana-de-açúcar, utilizada no fabrico de aguardente «grogue» é produzida em regime de regadio).

Do exposto, percebe-se que a agricultura dificilmente terá um peso determinante no PIB.

No entanto, trata-se de um sector estratégico não só pela percentagem de população residente que ocupa (cerca de 43% da população activa) mas, sobretudo, do ponto de vista social, por potenciar a fixação das pessoas no meio rural e promover a sua distribuição mais equilibrada pelas várias ilhas.



*Tudo isto leva a que os critérios de análise não devam ser exclusivamente económicos e justifica todos os esforços no sentido de manter e melhorar o desempenho da agricultura.*

#### *Pescas*

Devido ao facto de as águas da zona económica especial serem profundas, da não existência de uma plataforma continental e, ainda, devido à circunstância de o arquipélago se situar no percurso migratório de espécies pelágicas, a quantidade dos recursos haliêuticos das águas de Cabo Verde não é, ao contrário do que se pensa, elevada.

A pesca artesanal (pesca costeira) vem revelando maior dinâmica (crescente motorização das embarcações) que a industrial (pesca de mar alto). É importante e necessário apoiar os pescadores/empresas na aquisição de infra-estruturas de frio (armazenagem e transporte) e na modernização da frota de modo a aproveitar o potencial da ZEE avaliado em 45 mil toneladas/ano de capturas (vem sendo aproveitada 20% desta capacidade).

A contribuição do sector para a Balança Comercial tem decrescido, devido ao facto de a lagosta, um dos tradicionais produtos de exportação, registar volumes de captura muito próximos do seu potencial (100-150 toneladas/ano) o que levou o Governo a impor fortes restrições à sua captura.

O sector pesqueiro emprega 6 por cento da população activa.

#### *Indústria e construção*

O sector da indústria e construção tem vindo a registar um peso constante na estrutura do PIB de cerca de 17-18 por cento, representando a construção cerca de 70 por cento do sector.

As exportações de produtos industriais, principalmente calçado, têxteis e vestuário representavam, em 1998, 75 por cento do total exportado.

A indústria extractiva limita-se à extracção de sal, na ilha do Sal, e de pozolanas, em S. Antão.

A indústria transformadora tem as suas principais unidades situadas em S. Vicente e Santiago, nos ramos de alimentação e bebidas, conservas de peixe, calçado e vestuário, construção e reparação naval, metalomecânica ligeira, sabões, tintas e medicamentos.

Cabo Verde está a fazer, com sucesso, uma grande aposta no investimento directo estrangeiro industrial. De facto, se é verdade que o custo de alguns factores, a falta de água e a irregularidade de fornecimento de energia, a pequena dimensão de mercado interno e o aprovisionamento de matérias-primas no exterior são dificuldades a resolver, não é menos verdade que o país dispõe de uma mão-de-obra capacitada, a custo competitivo, e oferece acesso a outros mercados em condições preferenciais.

A construção de zonas infraestruturadas (Parques Industriais da Praia e do Mindelo) é um factor positivo a ter em conta pelos investidores externos no aproveitamento de oportunidades e concretização de negócios no futuro.

O sector da construção (8,8% do PIB em 1998) depende bastante das remessas dos emigrantes e sua aplicação na construção de habitação própria ou para familiares, pelo que se ressentirá de

uma baixa repentina do volume daquelas remessas ou da ajuda externa (com reflexo nos investimentos públicos).

### *Energia*

A oferta de energia é garantida por produtos petrolíferos, produtos energéticos tradicionais (lenha), electricidade e energia eólica.

As importações de combustíveis, principal fonte da energia, correspondiam, em 1995, a 10,3 por cento das importações totais. Os combustíveis importados destinavam-se ao mercado interno (51%) e à reexportação (49%), através dos portos e aeroportos.

O principal consumidor é o sector doméstico (41,4% em 1990); transportes (35,2%); indústria e dessalinização (14,0%); agricultura e pescas (8,3%) e serviços (1,1%).

A potência instalada das centrais térmicas duplicou entre 1990 e 1995, havendo necessidade de ampliar essa potência, sobretudo em Santiago e no Sal, tendo em conta a entrada em funcionamento de uma nova dessalinizadora e do Parque Industrial da Achada Grande, em Santiago e o desenvolvimento do turismo, no Sal e Boavista.

A energia eólica representava, em 1995, 13 por cento da energia produzida pela Electra e 73 por cento da energia proveniente dos serviços municipais.

O consumo de lenha e carvão é feito por 57 por cento das famílias cabo-verdianas (92% residindo em meios rurais), sendo o consumo anual estimado em 70 mil toneladas de lenha e 73 toneladas de carvão, com reflexos negativos, como já foi referido, na desertificação crescente e progressiva do país.

*De referir que a exploração de energia solar tem sido ensaiada com bons resultados.*

A energia eléctrica contribui com 5 por cento para o consumo total.

### *Transportes e comunicações*

As telecomunicações, transportes (marítimo, aéreo e rodoviário), com elevado grau de cobertura, são vitais para a integração do espaço interno e, ainda, para viabilizar a inserção de Cabo Verde no sistema económico mundial.

De facto, os transportes e as comunicações são vitais para o funcionamento de uma economia insular, e condicionam o processo de desenvolvimento, em especial os sectores da indústria, do comércio e do turismo.

Cabo Verde tem feito investimentos nestas áreas e possui sistemas de transportes e comunicações modernos e adequados ao objectivo de integração no sistema económico mundial.

### *Turismo*

O turismo tem grandes potencialidades em Cabo Verde e reúne condições para um rápido crescimento. Até há pouco tempo foi explorado apenas o binómio praia-sol, com custos pouco competitivos internacionalmente.

Nos últimos tempos, o sector tem registado um enorme desenvolvimento com consequências positivas na quantidade e qualidade da oferta, sobretudo, nas ilhas do Sal, Santiago, S. Vicente e Boavista.

O turismo, em 1990, correspondia a 2 por cento do PIB e a pouco mais de 2 por cento do emprego. Já em 2000, 2001 e 2002 o sector contribuiu para o PIB com, respectivamente, 7,3, 9,5 e 10,2 por cento. De facto, está a ser feita uma aposta, pelo Governo, através do Centro de Promoção do Turismo, do Investimento e das Exportações (PROMEX), na promoção da imagem do país e do turismo.

No que se refere a infra-estruturas, estão a ser considerados investimentos em meios de transporte (aéreos, marítimos e terrestres), a ser revistos a dimensão e o funcionamento dos aeroportos (Sal e Mindelo), foi construído o novo Aeroporto Internacional da Praia e estão a ser melhorados os sistemas de abastecimento de água e energia.

Do ponto de vista da oferta turística há que continuar a agir sobre a capacidade e qualidade da oferta de alojamento, a melhorar a qualidade da animação turística, a desenvolver o mercado de artesanato e a apostar na promoção turística, sendo determinante em todas estas actividades o papel do PROMEX.

É importante promover o sector (aproveitando os efeitos multiplicadores das despesas turísticas) dado que o turismo permite a promoção do desenvolvimento regional e contribui para o equilíbrio das contas externas. É, igualmente decisivo continuar a interessar o sector privado interno e externo no seu desenvolvimento e crescimento, sem perder de vista o respeito pelo ambiente natural, cultural e humano (eco-turismo).

#### *Comércio e serviços*

O comércio, com peso tradicional na economia de Cabo Verde, representava 54 por cento do PIB em 2000.

O sector terciário constitui-se como o de maior produtividade da economia cabo-verdiana.

Na esteira do seu passado, Cabo Verde poderá voltar a assumir um papel relevante de *plataforma de circulação*, sob a forma de prestação de serviços, em que é competitivo, nomeadamente, portos, aeroportos e turismo e, no futuro, consultadoria jurídica e financeira; sistemas de informação e software informático; serviços médicos e de enfermagem; cedência de assistência e de técnicos especializados.

É absolutamente necessária uma estratégia de especialização internacional e de exportação que possa garantir com sucesso a inserção de Cabo Verde na economia internacional.

Em suma, Cabo Verde, embora com problemas e constrangimentos sectoriais, tem condições para melhorar a qualidade e quantidade da produção interna.

Para tal há que continuar a liberalização da economia; a promover sua reinserção na economia mundial; a assegurar o crescimento e reposicionamento do sector privado e a cativar o

investimento estrangeiro para a criação de uma estrutura produtiva moderna, competitiva, rentável e de alta produtividade.

### ***Estratégias de desenvolvimento seguidas após a independência***

Nos primeiros 15 anos, pós-independência, o Governo da responsabilidade do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) optou por uma estratégia de desenvolvimento de cariz socialista, com forte participação do Estado na actividade económica.

Há, no entanto, a constatar que foi o PAICV, em 1989-1990, que preparou o país para a mudança política e realização das primeiras eleições livres dando, deste modo, passos decisivos para a instauração e consolidação da democracia em Cabo Verde.

A partir de 1991, na sequência das primeiras eleições legislativas, o Governo legitimado pelas mesmas, da responsabilidade do Movimento para a Democracia (MpD), empreendeu uma série de iniciativas com o propósito de transformar uma economia centralizada numa economia de mercado e de base privada, que podemos resumir do seguinte modo:

- inserção de Cabo Verde no sistema económico mundial, com o objectivo de promover e consolidar um desenvolvimento económico e social autosustentado;
- promoção de parcerias estratégicas de forma a encontrar o seu lugar e função num mundo cada vez mais aberto e global;
- atenção ao desenvolvimento auto-sustentado, ou seja, que não promova o rápido esgotamento dos recursos existentes, de modo a permitir às gerações futuras um nível de vida equilibrado;
- transformação progressiva dos factores internos, de modo a criar condições impulsionadoras da iniciativa privada, do investimento directo estrangeiro, da poupança, da acumulação de capital e de investimento privado interno.

Através do Plano Nacional de Desenvolvimento para as duas legislaturas (1991-2001) foram identificados oito vectores geradores da estratégia de inserção dinâmica no sistema económico mundial, a saber:

- 1) assegurar os equilíbrios interno e externo;
- 2) desenvolver o mercado e a iniciativa privada;
- 3) aproveitar as vantagens da regionalização e da globalização;
- 4) valorizar os recursos naturais;
- 5) desenvolver os sistemas de transportes, de comunicações e energético;
- 6) promover o saneamento e defesa do ambiente;
- 7) consolidar e desenvolver a democracia;
- 8) promover o desenvolvimento humano e social.

Em termos macroeconómicos o Governo pretendia:

- reduzir o papel do Estado nas actividades produtivas;
- desenvolver o sector privado e as exportações;
- acelerar as privatizações;
- reforçar o papel regulador e fiscalizador do Estado.

Na sequência das eleições legislativas de 14 de Janeiro de 2003, o PAICV conseguiu uma maioria absoluta e constituiu o actual Governo que norteia a sua acção governativa de acordo com o Programa de Governo para a Legislatura 2001-2005.

Resumidamente, o Programa de Governo estabelece as seguintes prioridades e linhas de força para a presente legislatura:

- eleição da política orçamental e fiscal como eixo central da estabilidade macroeconómica;
- reforma económica com maior enfoque no lado da oferta: capacitar e modernizar o empresariado nacional; incrementar o investimento externo e as exportações;
- estabilidade da moeda: implementar políticas de suporte à consolidação da convertibilidade da moeda nacional;
- qualificação, inovação e emprego no cerne da política económica;
- combate à pobreza: uma exigência económica e social de grande alcance moral e factor importante de promoção da cidadania;
- sistema de Educação financeiramente sustentável, de melhor qualidade e mais adequado às exigências do desenvolvimento e do mundo moderno;
- reforma do Estado e da Administração Pública e aprofundamento da descentralização;
- infraestruturização do país, ampliação do sistema de transportes e aumento da sua eficiência e eficácia;
- promoção da sociedade de informação e do conhecimento;
- justiça independente e ao serviço da cidadania;
- cultura ao serviço da cidadania e do desenvolvimento;
- defesa da natureza e do equilíbrio ambiental: condição para a sustentabilidade do desenvolvimento.

No que se refere à governação, o programa de Governo propõe a reforma do Estado e o reforço das liberdades e cidadania, nomeadamente, a reforma do sistema eleitoral, a reforma e modernização do Parlamento e a reforma da Administração Pública e do municipalismo a fim de promover o desenvolvimento regional e a participação democrática.

Do ponto de vista social, o Programa de Governo aponta para a necessidade de reforço da solidariedade de modo a assegurar a redução das desigualdades sociais e aumento da coesão social. Importa agir no sentido de promover a redução da pobreza e a segurança alimentar e reformar a segurança social

Relativamente ao papel do mercado, o programa propõe o apoio à promoção da iniciativa privada, a reforma do sector empresarial do Estado, incluindo a continuação do processo de privatizações, a promoção do investimento externo e das exportações e, ainda, a promoção do turismo em articulação com a defesa do ambiente de modo a assegurar um desenvolvimento sustentável.

Ainda no campo do turismo, o Governo propõe-se elaborar um Plano Director do Turismo e estimular a criação de Sociedades de Desenvolvimento Turístico que assegurem a infraestruturção, gestão e administração das Zonas Integradas de Desenvolvimento Turístico.

Relativamente à indústria o Governo pensa preparar e fazer aprovar textos legais que dinamizem o funcionamento das Zonas Francas Comerciais (ZFC).

No que se refere ao comércio o Governo pretende concluir o processo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC).

No campo da agricultura será dada particular atenção ao sector florestal, pecuária e recursos hídricos.

As prioridades do desenvolvimento para a presente legislatura constam, como já foi referido, do Programa de Governo aprovado pela Assembleia Nacional. As Grandes Opções do Plano (GOP) visam fornecer o quadro de referência para a elaboração e a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Ora as GOP enumeram como valores essenciais do desenvolvimento nacional, os seguintes:

- independência nacional e a institucionalização da democracia pluralista;
- valorização dos recursos humanos como o grande desafio do futuro;
- valorização da mulher como agente decisivo de mudança;
- cultura como contributo de Cabo Verde à sociedade global.

São definidos como princípios em que deve assentar o desenvolvimento nacional, os seguintes:

(i) Equilíbrios locais

- o desenvolvimento equilibrado de todo o país tem que ter em conta a vocação de cada ilha, assumindo grande importância as políticas de ordenamento de território e de descentralização administrativa;
- a luta contra a pobreza através da promoção do crescimento e aumento do emprego e da implementação de acções com carácter de assistência social;

- a promoção do crescimento económico e social do meio rural assumindo-se a agricultura como o sector de actividade económica (e social) capaz de contribuir para diminuir a dependência alimentar, fixar as populações rurais e abastecer (pelo menos mais significativamente do que na actualidade) o mercado interno.

(ii) Boa governação

A ética e a boa governação são identificadas como vectores estratégicos no futuro de Cabo Verde e factores aglutinantes da intervenção conjunta de governo, sector privado e sociedade civil. Defendem as GOP «que o desenvolvimento de Cabo Verde se deve concretizar no quadro de uma sociedade aberta, plenamente inserida no mundo, dinâmica, informada, actuante e respeitadora dos direitos humanos».

(iii) Aspirações nacionais de desenvolvimento

As aspirações das populações devem ser tidas em conta. No estudo nacional das perspectivas a longo prazo foram identificadas 15 aspirações nacionais, de entre as quais o emprego emerge com a principal.

As GOP identificam os elementos estruturantes do desenvolvimento pretendido pela sociedade:

- (i) inserção na economia mundial;
- (ii) sector privado como motor do desenvolvimento;
- (iii) desenvolvimento e afirmação da cultura nacional.

Finalmente, as GOP enunciam as seguintes grandes opções:

1.<sup>a</sup> Opção: Desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado;

2.<sup>a</sup> Opção: Promover uma política global de luta contra a pobreza e reforçar a coesão e solidariedade sociais;

3.<sup>a</sup> Opção: Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento;

4.<sup>a</sup> Opção: Promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reforçando a cidadania e a democracia;

5.<sup>a</sup> Opção: Promover a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva;

6.<sup>a</sup> Opção: Assegurar a estabilidade macroeconómica para favorecer o investimento.

### **Conclusões**

Cabo Verde é um país de recursos escassos em que a estabilidade política, económica e social, a qualidade dos recursos humanos e a sua posição privilegiada, como plataforma de ligação entre a Europa, o Continente Americano e os restantes países de África, constituem vantagens comparativas.

Apesar dos constrangimentos com que se depara (pequena dimensão, insularidade, escassez de recursos, secas), Cabo Verde regista um bom desempenho económico. No entanto, para assegurar esse desempenho, é ainda muito dependente da ajuda externa.

Tal situação resulta do desequilíbrio entre a produção interna e as necessidades da população residente o que leva o país a importar a maior parte dos bens de consumo de que necessita.

Do ponto de vista social, o desafio central do desenvolvimento de Cabo Verde reside na amplitude do problema da pobreza (29% da população do país vive abaixo da linha de pobreza) que afecta, de modo particular, as mulheres (com uma taxa económica de actividade de 46,4%, o que corresponde a 53% da taxa masculina, em 2001).

Como já se afirmou, a solução para os problemas identificados passa por agir sobre a estrutura produtiva de modo a reforçar a qualidade e quantidade da oferta, permitir a afectação eficiente dos escassos recursos disponíveis e assegurar um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, há que promover o alargamento da base produtiva nacional dando particular atenção à agricultura, pescas, indústria ligeira e serviços (com destaque para o turismo).

Do ponto de vista estratégico há que continuar a promover a reinserção de Cabo Verde na economia mundial; a assegurar o reposicionamento do sector privado e a cativar o investimento estrangeiro para a criação de uma estrutura produtiva moderna, competitiva, rentável e de alta produtividade.

Nos documentos de orientação estratégica emanados dos sucessivos governos, os objectivos apontam para este rumo. No entanto, não são definidos *indicadores concretos*, essenciais para uma melhor compreensão da via de desenvolvimento escolhida e consequente mobilização da energia e vontade colectivas.

*A criação de consensos nacionais em torno de projectos partilhados por todos os actores/parceiros envolvidos é condição fundamental para o sucesso das necessárias transformações.*

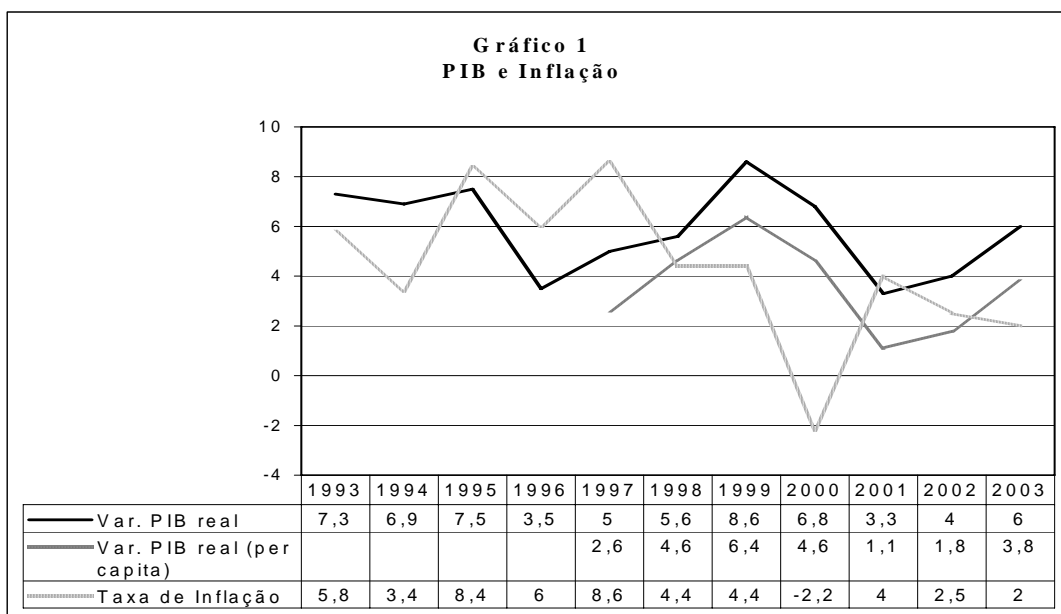
## **Parte II**

### **Evolução recente da economia de Cabo Verde**

#### ***Produção, procura e preços***

Durante a década de 80 a economia cabo-verdiana cresceu a uma taxa média anual de 6 por cento; registou uma desaceleração entre 1990 e 1992, com um crescimento médio de 2,7 por cento no período, e a inversão dessa situação de 1993 a 2000, com um crescimento médio anual de 7 por cento.





**Fontes:** Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

World Development Indicators Database, World Bank, 2000

O crescimento do PIB deve-se, fundamentalmente, ao nível elevado das despesas públicas, sobretudo nos sectores de transportes e comunicações, infra-estruturas, energia e construção, ao dinamismo do sector privado (turismo, indústria e construção) e ao reforço da base de exportações do país.

No entanto, e apesar da acção positiva dos sucessivos governos, a economia de Cabo Verde mantém as características e os constrangimentos tradicionais, ou seja, fraco peso dos sectores primário e secundário.

## Quadro 2

### Estrutura do PIB (em %)

	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Sector Primário	13,6	13,3	14,3	13,6	13,6	12,2	11,6	11,8	10,9
Sector Secundário	17,3	17,9	21,2	19,1	20,3	18,8	19,0	18,4	17,5
Sector Terciário	69,0	68,8	64,4	67,3	66,1	69,0	69,4	69,8	71,6

Fontes: Contas Nacionais, Resultados Definitivos, Série 1985-1995; INE

Boletim de Conjuntura nº 3/98, INE, Ministério das Finanças, Praia, Dec. 1998

Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

World Development Indicators Database, World Bank, 2000

Em termos relativos, os valores de 2000 correspondem aos de 1980, com prejuízo para o actual peso do sector primário na estrutura do PIB em benefício do sector terciário.

Tal situação determina uma forte dependência dos recursos externos. De facto, o peso do sector terciário evidencia que a procura interna supera largamente a capacidade interna de produção, cabendo às transferências líquidas do exterior e às importações dinamizar a actividade comercial.

### Quadro 3

#### Fontes e utilização dos Recursos (em % do PIB)

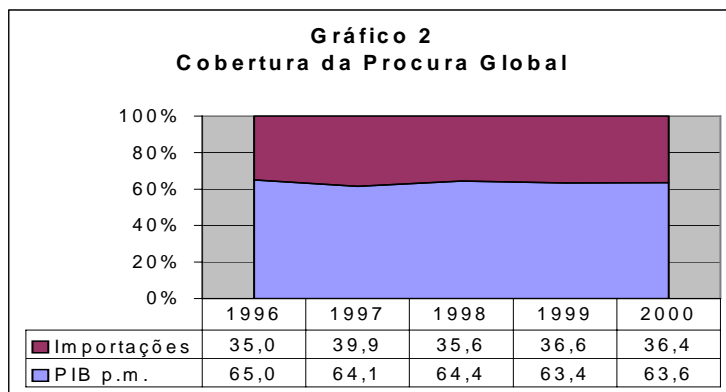
	1996	1997	1998	1999	2000
<b>PIB p.m.</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Importações CIF</b>	<b>54,9</b>	<b>55,9</b>	<b>55,3</b>	<b>57,8</b>	<b>57,1</b>
<b>Recursos Totais</b>	<b>154,9</b>	<b>155,9</b>	<b>155,3</b>	<b>157,8</b>	<b>157,1</b>
<b>Consumo:</b>	<b>112,7</b>	<b>108,4</b>	<b>115,3</b>	<b>117,5</b>	<b>114,4</b>
Publico	34,9	27,5	24,8	31,3	36,8
Privado	77,8	80,9	90,5	86,2	77,6
<b>FBCF</b>	<b>20,9</b>	<b>22,0</b>	<b>19,8</b>	<b>20,9</b>	<b>19,3</b>
Variação de Existências					
<b>Exportações FOB</b>	<b>21,3</b>	<b>25,5</b>	<b>20,2</b>	<b>19,3</b>	<b>23,4</b>

Fonte: Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Evolução da Economias dos PALOP 2000/2001, Banco de Portugal

Da análise do Quadro 3, de fontes e utilização de recursos, em percentagem do PIB, referente ao período 1996-2000, conclui-se o seguinte:

- a) o grande peso da produção externa, que corresponde a 56 por cento do PIB, no período considerado;
- b) o consumo corresponde, em média, a 113,7 por cento do PIB; com destaque para o consumo privado que corresponde a 82,6 por cento do PIB;
- c) as receitas médias das exportações, para o período considerado, cobrem 39 por cento das importações (registre-se uma evolução positiva neste rácio), correspondendo o défice comercial a 34,3 por cento do PIB;
- d) o investimento médio corresponde a 20,6 por cento do PIB.



Fonte: Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Evolução da Economias dos PALOP 2000/2001, Banco de Portugal

O gráfico 2 mostra que as importações, embora estabilizadas em torno dos 36 por cento dos recursos totais disponíveis, têm um peso decisivo na satisfação da procura interna.

### ***Balança de Pagamentos***

A Balança de Pagamentos, Quadro 4, evidencia a importância das transferências líquidas na resposta ao excesso da procura sobre a produção interna, dá-nos a visão exacta das transacções com o exterior e identifica os recursos fundamentais para o funcionamento da economia.

Do crónico desequilíbrio comercial resultam dificuldades para o equilíbrio do saldo global da Balança de Pagamentos. Os valores do défice comercial, de 1996 a 2000, corresponderam, em média, a 88,6 por cento dos valores das importações, o que é revelador do baixo peso das exportações.

Todavia, à medida que se consideram os fluxos referentes às transacções correntes, o volume do défice vai-se reduzindo tornando-se mesmo positivo com a inclusão dos fluxos de capitais, como aconteceu nos anos 1996/97/99.

A evolução da Balança de Pagamentos mostra o enorme peso que as transferências líquidas têm no equilíbrio da mesma.

As transferências privadas, constituídas maioritariamente por remessas de emigrantes, registaram um decréscimo em 1996 e 1997 para voltarem a crescer de 1998 a 2000. O comportamento foi idêntico para as transferências privadas e oficiais (donativos) com excepção para 2000 que regista um brusco decréscimo das transferências oficiais.

#### Quadro 4

##### Balança de Pagamentos (Base Transacções)

(milhões de USD)

	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Transacções Correntes</b>	<b>-34,3</b>	<b>-42,1</b>	<b>-63,3</b>	<b>-80,9</b>	<b>-66,9</b>
Excluindo Transferências Oficiais	-79,5	-91,3	-112,5	-124,1	-88,4
<b>Balança Comercial</b>	<b>-176,0</b>	<b>-173,4</b>	<b>-185,2</b>	<b>-215,1</b>	<b>-193,6</b>
Exportações FOB	29,6	37,7	22,6	7,9	23,9
Importações FOB	-205,7	-211,1	-207,8	-223,0	-217,6
<b>Serviços Líquidos</b>	<b>7,4</b>	<b>19,4</b>	<b>-4,5</b>	<b>-10,9</b>	<b>5,2</b>
Não Factores	77,5	91,3	86,2	105,8	106,6
Factores	-70,0	-71,9	-90,3	-116,5	-101,4
<b>Transferências Líquidas</b>	<b>141,1</b>	<b>120</b>	<b>131,5</b>	<b>153,6</b>	<b>133,0</b>
Privadas	95,9	70,9	82,3	110,4	115,5
Oficiais	45,2	49,2	49,2	43,2	21,5
<b>Balança de Capitais</b>	<b>76,4</b>	<b>22,2</b>	<b>43,0</b>	<b>122,9</b>	<b>46,9</b>
<b>Investimento Directo</b>	<b>28,3</b>	<b>11,5</b>	<b>8,8</b>	<b>66,5</b>	<b>31,4</b>
<b>Erros e Omissões</b>	<b>-39,7</b>	<b>36,1</b>	<b>11,8</b>	<b>12,3</b>	<b>-29,1</b>
<b>Balança Global</b>	<b>2,2</b>	<b>16,2</b>	<b>-8,6</b>	<b>54,3</b>	<b>-29,1</b>
<b>Financiamento</b>	<b>-2,4</b>	<b>-16,2</b>	<b>8,6</b>	<b>-54,3</b>	<b>49,2</b>
Varição das Reservas Líquidas	2,2	2,9	7,9	-29,0	20,9
Varição nos Atrasados (decréscimo)	-4,5	-19,1	0,7	-16,3	28,3

Fonte: Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

World Development Indicators Database, World Bank, 2000

#### ***Evolução do Comércio Externo***

Já foi referido o peso das importações na cobertura da procura global. No que se refere às exportações há a destacar que as exportações de bens continuam abaixo das expectativas. Pelo contrário, as exportações de serviços registaram uma evolução assinalável em 2000, com as receitas do turismo a registarem um crescimento de 60 por cento relativamente a 1999 e de 410 por cento em relação a 1996.

#### ***Dívida externa***

Como vimos antes, a Balança de Pagamentos registou um saldo negativo em 2000 devido, sobretudo, à baixa registada na ajuda externa e no Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

Deste modo, o saldo foi financiado com recurso ao *stock* de reservas externas que, assim, baixou de 63 milhões de dólares, em 1999, para 35 milhões de dólares, em 2000, provocando uma diminuição da cobertura das importações pelas reservas de 2,2 meses, em 1999, para 1,3 meses, em 2000.

## Quadro 5

### Reservas Externas (milhões de USD)

	1996	1997	1998	1999	2000
Reservas do Banco Central	55,0	45,9	35,6	63,1	35,0
Reservas/meses de importação de bens e serviços	2,4	1,9	1,4	2,2	1,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Evolução da Economias dos PALOP 2000/2001, Banco de Portugal

A diminuição das reservas e o crescimento da dívida externa, em associação com a acumulação de atrasados, resultaram de uma política orçamental excessivamente expansionista em 2000, com efeitos negativos na Balança de Pagamentos, agravados pelo decréscimo da ajuda externa.

Os valores da dívida externa contratada e efectiva, bem como de alguns rácios, estão evidenciados e sintetizados no Quadro 6.

## Quadro 6

### Evolução da Dívida Externa (milhões de USD)

	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida Efectiva Acumulada	201,8	215,8	236,9	285,1	292,8
Variação em %	15,5	6,9	9,3	20,3	2,7
Serviço da Dívida de médio e longo prazos	15,2	18,3	17,5	17,8	27,5
Dívida Externa Total em % do PIB	40,2	42,6	42,5	49,1	56,5
Dívida em % das Exportações <sup>a)</sup>	188,6	167,2	210,2	254,5	241,6
Serviço da Dívida em % das Exportações <sup>a)</sup>	14,2	14,2	16,0	15,7	21,1

<sup>a)</sup> de Bens e Serviços

Fonte: Banco de Cabo Verde e Direcção Geral do Tesouro, Boletim de Estatísticas, 4<sup>o</sup> Trimestre 98, Banco de Cabo Verde

Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Os factos atrás referidos determinaram o aumento significativo da dívida externa em 1999 e 2000, atingindo no fim de 2000 241,6 por cento das exportações de bens e serviços e 56,5 por cento do PIB.

Por sua vez, o peso do serviço da dívida correspondeu, em 2000, a 21,1 por cento das exportações de bens e serviços.

No entanto, há que frisar que, apesar do peso crescente da dívida externa (em 2001 e 2002, correspondeu a, respectivamente, a 60,0% e 57,1%), esta ainda se mantém dentro dos limites de alerta.

Como aspecto positivo é de referir que a principal componente da dívida externa de Cabo Verde corresponde a empréstimos de médio e longo prazos, contraídos em condições favoráveis junto de entidades financeiras multilaterais.

### **Ajuda internacional**

Desde a sua independência, em 1975, Cabo Verde tem beneficiado de uma significativa e decisiva ajuda internacional destinada à promoção do seu desenvolvimento e à cobertura do crónico défice alimentar.

A forma clara e equilibrada com que aplica o produto da ajuda internacional, o bom funcionamento da democracia e a estabilidade política, tornam Cabo Verde credor da admiração e respeito por parte da comunidade internacional. Tais circunstâncias foram decisivas para a manutenção da indispensável ajuda internacional.

## **Quadro 7**

### **Ajuda Externa e IDE**

(milhões de USD)

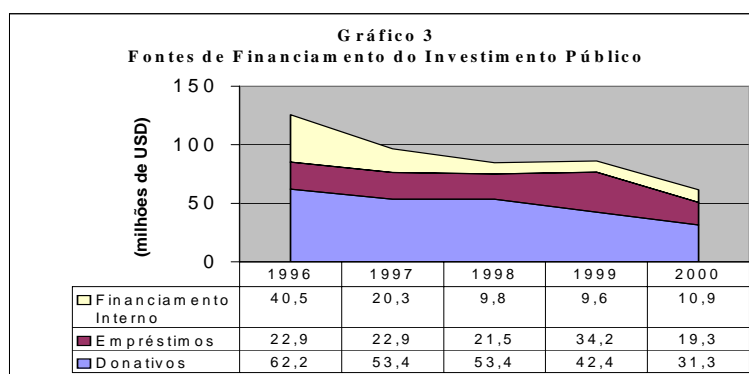
	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Transferências correntes (Líquidas)	141,1	120,0	131,5	153,6	133,0
Privadas	95,9	70,9	82,3	110,4	111,5
das quais: Remessas de Emigrantes	90,9	69,8	71,8	78,6	82,9
Oficiais	45,2	49,2	49,2	43,2	21,5
das quais: Ajuda Alimentar	12,3	11,6	10,3	8,5	6,1
Transferências de Capital (Líquidas)	12,8	6,3	25,4	28,6	27,4
Das quais: Apoio a Projectos	12,8	6,3	5,4	5,8	4,9
Apoio ao Trust Fund			16,0	18,4	11,0
Outros			4,1	4,4	11,6
Investimento Directo Estrangeiro	28,3	11,5	8,8	66,5	31,4
Do qual: Privatizações				52,9	21,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Evolução da Economias dos PALOP 2000/2001, Banco de Portugal

A importância da ajuda internacional é evidenciada no Gráfico 3, que mostra as origens do financiamento ao investimento público entre 1996 e 2000.



Fonte: Banco de Cabo Verde

Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Evolução das Economias dos PALOP 2000/2001, Banco de Portugal

De facto, em 2000, o financiamento externo assegurou a execução de 80 por cento do Programa de Investimento Público. No entanto, o volume de financiamento, com reflexos no investimento público, caiu em 2000 para metade do volume registado em 1996.

A ajuda alimentar (com destaque para óleos alimentares, arroz e milho), apesar de ter acompanhado a tendência de diminuição das transferências oficiais em 1999 e 2000, tem papel decisivo na implementação do Programa de Redução da Pobreza.

Relativamente a 2000, de registar a baixa registada nas transferências correntes por efeito da descida das transferências oficiais. No entanto, há que destacar como factor positivo o máximo absoluto registado nas transferências privadas, em 1999 e 2000, mercê do volume das remessas de emigrantes, respectivamente, 78,6 e 82,9 milhões de dólares.

O IDE, depois da subida vertiginosa registada em 1999, devida às privatizações, registou uma quebra acentuada em 2000.

Finalmente, importa destacar na composição da ajuda internacional o peso maioritário da rubrica donativos.

### ***Dívida interna***

Até 1997, em resultado da liberalização económica ter sido conduzida com insuficientes restrições fiscais e, ainda, devido à assunção pelo Estado do passivo das empresas públicas em processo de reestruturação e privatização, registaram-se desequilíbrios macroeconómicos que determinaram o crescimento da dívida interna e a virtual delapidação das reservas externas.

## Quadro 8

### Evolução da Dívida Interna (milhões de USD)

	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida Interna Total	230,8	195,8	187,6	176,2	224,1
TCMF				66,3	91,5
Dívida Interna Líquida	230,8	195,8	187,6	109,9	132,6
Dívida Interna Total em % do PIB	46,0	38,7	34,7	30,0	40,1

Nota: TCMF (Títulos de Rendimento Associados ao Trust Fund)

Fonte: Staff Report for the 2001 Article IV Consultation, FMI, May 2001

Assim, em 1998, com o objectivo de solucionar o problema da dívida interna o Governo adoptou um pacote de políticas de estabilização económica que se pode resumir do seguinte modo:

- não recorrer ao financiamento interno para cobertura do défice orçamental;
- assinou o Precautionary Stand By Arrangement com o Fundo Monetário Internacional, visando a criação de condições para que os parceiros contribuíssem com 100 milhões de dólares para a operação de saneamento da dívida interna, estimada na altura em cerca de 180 milhões de dólares, através da criação de um Off Shore Trust Fund; os restantes 80 milhões de dólares seriam assegurados pelas receitas das privatizações;
- implementou o Programa de Reformas Económicas, com apoio do Banco Mundial, que incluía: reforma da administração pública, intensificação das privatizações, fortalecimento do sector privado e redução do papel do Estado na estrutura produtiva;
- assegurou a convertibilidade do escudo de Cabo Verde (ECV) numa base de paridade fixa em relação ao escudo português (PTE) e ao euro, através do Acordo de Cooperação Cambial estabelecido com Portugal.

Através destas medidas pretendia-se consolidar a dívida interna (a sua passagem para dívida de longo prazo), a sua transformação em dívida externa e, através da constituição do Trust Fund, evitar a monetarização e garantir a convertibilidade do escudo cabo-verdiano em divisas europeias.

No entanto, em resultado da seca que destruiu grande parte da colheita de 1999 e do esforço público feito no sentido de minorar os resultados nefastos, registou-se um aumento da despesa pública e ocorreram desvios fiscais, provocando pressão sobre a Balança de Pagamentos.

O recurso ao crédito bancário implicou o crescimento do *stock* da dívida interna pública. Em 2001 e 2002, correspondeu, respectivamente, a 40,0 por cento e a 45,6 por cento, ou seja, em 2002 a dívida interna, em percentagem do PIB, estava ao nível de 1996.



Esperava-se, entretanto, que as privatizações, em 2001-2002, libertassem pelo menos 64,9 milhões de dólares (42,8 para reforço do Trust Fund e 22,1 para auxílio ao défice do Orçamento). Mas tal não se verificou.

### **Conclusões**

A curto prazo, há problemas que pedem resolução imediata. É o caso da dívida interna cuja solução está muito ligada (e dependente) do processo de privatizações em curso e da ajuda externa.

Ao mesmo tempo há que assegurar a estabilidade macroeconómica, já que é uma condição indispensável para um crescimento económico em bases sólidas. Para o efeito é necessário manter sob controlo o défice orçamental, a inflação e o equilíbrio externo.

Por outro lado, há que gerir com rigor o endividamento externo que continua a crescer (as dívidas interna e externa continuam a crescer e no seu conjunto atingiram, em 2002, 102,7% do PIB), ao mesmo tempo que as reservas decrescem. Atendendo às características específicas de Cabo Verde – fraca capacidade de produção de bens internacionalmente transaccionáveis; rigidez das importações e vulnerabilidade às influências do exterior – a variável endividamento (quer interno, quer externo) exige um acompanhamento cuidado.

## **Parte III**

### **Mecanismos e instrumentos de Apoio ao Sector Privado**

#### ***Enquadramento***

Conforme já se concluiu, a solução para o desenvolvimento autosustentado (não dependente da ajuda externa) reside no alargamento da base produtiva interna, no aumento de competitividade e na estabilidade macroeconómica, de modo a estimular o investimento interno e externo.

Para esse efeito, Cabo Verde oferece vantagens comparativas, regista oportunidades de investimento, possui uma legislação atractiva e facilitadora do investimento interno e externo e instituições de apoio à promoção do desenvolvimento empresarial interno e de apoio ao investidor externo, bem como um movimento associativo empresarial bastante dinâmico.

Passamos, de seguida, à análise dos mecanismos e instrumentos de apoio ao sector privado atrás enumerados.

#### ***Vantagens comparativas de Cabo Verde***

De modo sucinto, poderemos destacar as seguintes vantagens comparativas de Cabo Verde:

- a) *A localização geográfica privilegiada.*

A localização geográfica, no cruzamento de rotas marítimas e aéreas, foi e é determinante no desempenho económico do arquipélago e constitui uma das principais vantagens comparativas do País.

*b) Estabilidade social e política*

Em Cabo Verde existe estabilidade social, sem conflitos étnicos ou religiosos, é assegurada a segurança dos cidadãos e garantida a propriedade privada. Está, igualmente, consagrado e consolidado um sistema parlamentar pluripartidário, assente na realização de eleições livres permitindo a alternância política.

*c) Recursos humanos*

Por razões históricas, mas também pelo investimento feito na área da educação após a independência, Cabo Verde possui uma mão-de-obra jovem mas qualificada, quando comparada com a média africana, e com uma boa capacidade de aprendizagem e de adaptação a processos tecnológicos complexos, com níveis de produtividade altos depois de sujeita a formação profissional.

*d) Prestígio internacional*

Cabo Verde, pelo modo criterioso como gere os recursos internos e externos (ajuda pública), tem merecido o respeito e prestígio internacionais. Cabo Verde, apesar da escassez de divisas é visto como um parceiro com capacidade e vontade de realizar pagamentos internacionais. Isto apesar de apresentar um *risco país*, de acordo com o Guide Risque Pays 2001-COFACO, de curto e longo prazos, respectivamente, C (ambiente económico e político incerto que poderá afectar os pagamentos) e bastante elevado.

*e) Apoio ao sector privado*

Após 1991, os Governo de Cabo Verde defendem um modelo no qual o sector privado é considerado o motor da economia.

*f) Convertibilidade do escudo cabo-verdiano*

Através do Acordo Cambial com Portugal, é assegurada a convertibilidade plena do ECV numa base de paridade fixa em relação ao escudo português e ao Euro.

*g) Potencialidades turísticas*

As potencialidades turísticas constituem outra das vantagens comparativas de Cabo Verde. Para a sua potenciação, Cabo Verde dispõe de um sistema de transportes aéreos e marítimos que liga o país à Europa, América e países do continente africano de modo regular.

*h) Ambiente legislativo propício ao investimento e negócios*

Cabo Verde possui um conjunto de instrumentos legislativos com impacto na área económica, nomeadamente a lei do investimento externo, a lei das empresas francas, incentivos à exportação e legislação comercial e fiscal. São diplomas aprovados com o objectivo de criar

um ambiente legislativo e regulamentar propício ao estabelecimento de negócios e atractivo para o investimento externo.

*i) Acesso preferencial a mercados externos*

Pelos acordos internacionais de que é signatário, Cabo Verde possibilita o acesso preferencial à Europa, Estados Unidos e África Ocidental através da Convenção de Lomé, do Sistema Generalizado de Preferências dos Estados Unidos e da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

**Oportunidades de investimento**

A realização do investimento poderá assumir diferentes formas, de acordo com o tipo de projecto e da capacidade técnica e financeira do potencial investidor.

Assim, podem-se considerar as seguintes possibilidades:

- aquisição de empresas já em funcionamento, promovendo a sua remodelação e reabilitação pelo recurso à entrada de capitais, à utilização de novas tecnologias, à utilização de novos canais de distribuição e, ainda, ao acesso a novos mercados;
- deslocalização industrial, com o objectivo de transformar componentes importadas (assemblagem) e exportar a produção conseguida;
- investimento directo em empresas a criar de raiz (com ou sem recurso a parceiros locais);
- participação no processo de privatizações de empresas públicas (em curso).

Atendendo ao facto de Cabo Verde ser membro da CEDEAO, será possível equacionar a realização de «investimentos triangulares» que possibilitem a transformação (por unidades baseadas em Cabo Verde) de matérias-primas oriundas do continente (por exemplo: Guiné-Bissau e Senegal) e a comercialização da produção final nos mercados consumidores (interno e externo). De acordo com as prioridades estratégicas de Cabo Verde, tendo em conta a pequena dimensão do mercado interno, os investimentos a realizar deverão, na medida do possível, orientar-se para o mercado externo e para a substituição de importações (cujo volume importa controlar).

De modo sucinto, podem-se enumerar as seguintes oportunidades de investimento (por sectores de actividade económica):

- *agricultura*: produção de produtos susceptíveis de exportação, de que são exemplo a banana, as flores ornamentais e o café;
- *pestras*: possibilidade de criação de empresas (mistas e privadas) que beneficiem de acordos e licenças de pesca em águas de países da região; empresas destinadas ao processamento, acondicionamento e comercialização de produtos do mar; a instalação de unidades vocacionadas para a assistência à frota pesqueira (pequena e que importa desenvolver) e, ainda, criação de empresas industriais viradas para a conservação do pescado (indústria de frio);

- *indústria extractiva*: apesar da escassez de recursos importa sublinhar as seguintes possibilidades – o *sal* com uma capacidade de exploração estimada em 400.000 ton/ano; o *calcário* e *argila* com boas características para a construção (produção de cimento) e a *britagem de rochas* para a obtenção de brita e areia destinadas à construção e obras públicas podendo, inclusivé, substituir importações e/ou a não utilização de areia das praias (que, aliás, está proibida);
- *indústria transformadora*: sobretudo nos sectores de alimentação e bebidas, têxteis vestuário e couro e, ainda, assemblagem de componentes para a indústria electrónica e informática (*hardware*);
- *construção e obras públicas*: poder-se-ia considerar, dado o peso do sector, a produção de pré-fabricados;
- *transportes, comunicações e energia*: a privatização dos TACV; transporte marítimo (de mercadorias e passageiros) entre ilhas; transporte inter-urbano de passageiros e projectos destinados à utilização de energias renováveis (eólica e solar);
- *saúde e educação*: criação de clínicas privadas nas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e assistência técnica à realização de acções de formação profissional em geral e, em particular, no domínio da administração pública (central e, sobretudo, local);
- *turismo*: a concessão para exploração turística de ZDTI poderá constituir uma boa oportunidade de investimento (sobretudo em parceria com o sector privado nacional);
- *consultoria*: sobretudo nas tecnologias de informação e gestão, nomeadamente, a produção de *software* específico destinado à gestão empresarial.

### **Enquadramento do investimento**

Como se constatou anteriormente, o *Governo de Cabo Verde atribui à iniciativa privada e ao mercado o papel de «motor» do desenvolvimento económico, reservando para si o papel de regulamentação e fiscalização*. Deste modo, e reconhecendo a falta de capacidade financeira do sector privado interno (constituído maioritariamente por micro-empresas), o investimento externo foi considerado prioritário e essencial ao desenvolvimento económico.

A fim de cativar o investimento externo procedeu-se à revisão da legislação sobre o investimento directo estrangeiro e foram aprovadas leis facilitadoras da implantação de empresas viradas para a exportação da respectiva produção. O mesmo aconteceu na área laboral, em que a revisão da legislação apontou para uma maior flexibilidade e criação de incentivos à criação de emprego.

Passamos a referir os incentivos oferecidos aos investidores pela legislação cabo-verdiana:

- *ao investidor externo*: isenção de tributação dos dividendos sobre o capital durante os primeiros 5 anos; taxa de imposto sobre lucros e dividendos de 10 por cento após os primeiros 5 anos; transferência para o exterior da totalidade dos dividendos; contas em moeda

estrangeira geridas particularmente; redução de impostos sobre lucros proporcionais às receitas das exportações em divisas e isenção de impostos, direitos e taxas sobre matérias-primas, bens semi-acabados e acabados destinados exclusivamente à exportação;

- *às empresas francas*: isenção do imposto sobre os rendimentos durante 10 anos; após esses 10 anos, imposto único de 15 por cento sobre os rendimentos durante toda a vida da empresa; isenção total dos impostos indirectos; importação isenta de direitos aduaneiros sobre equipamentos, matérias-primas e produtos semi-acabados utilizados na produção;

- *pescas*: isenção de direitos de importação, emolumentos aduaneiros e outros encargos para embarcações de pesca equipadas; isenção de direitos de importação e imposto de consumo sobre motores, peças e instrumentos destinados a embarcações e isenção de imposto de consumo e emolumentos para os restantes materiais de pesca.

- *indústria*: isenção do imposto sobre rendimentos durante os primeiros 3 anos; dedução do imposto sobre os rendimentos em relação a lucros reinvestidos; isenção do pagamento de direitos e taxas aduaneiras sobre as importações de equipamentos e matérias a utilizar na produção e, ainda, de todos os materiais utilizados na construção fabril;

- *turismo*: isenção fiscal de 100 por cento durante os primeiros 5 anos e redução do imposto sobre rendimentos em 50 por cento nos 10 anos seguintes; isenção de direitos aduaneiros nas importações de materiais destinados à construção e exploração de hotéis e estâncias turísticas; dedução dos impostos sobre lucros reinvestidos em actividades do mesmo ramo e dedução na matéria colectável das despesas com a formação de pessoal nacional;

A par das vantagens, oportunidades e incentivos ao investimento, interessa referir que os custos dos factores de produção, com excepção dos custos de água e energia, são relativamente competitivos.

### ***Volume de investimento externo e seu impacto no emprego***

Como verificado antes, o investimento externo tem um impacto positivo sobre a Balança de Pagamentos. Importa, porém, verificar quais os impactos em termos de inovações introduzidas no tecido empresarial nacional e na diversificação de actividades económicas. No entanto, para Cabo Verde é determinante avaliar o impacto no nível de emprego.

Segundo estimativas do PROMEX, entre 1994 e 1999 foram aprovados 144 projectos de investimento (43% na indústria, 29% no turismo e 27% distribuídos por diversos sectores), com destaque para as pescas, serviços, transporte marítimo e construção civil.

## Quadro 9

### Investimento Externo (milhões de USD)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Indústria	17,7	15,4	3,8	16,7	20,9	7,3	5,3	87,1
Turismo	8,1	37,5	4,6	20,3	161,9	33,6	31,9	297,9
Serv. Turísticos	0,2			1,8	1,8	5,2		9,0
Outros	2,5	14,6	23,2	21,0	39,0	20,1	6,1	126,5
<i>Totais</i>	28,5	67,5	31,6	59,8	223,6	66,2	43,3	520,5

Fonte: Promex-Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações, 2001

O valor realizado, de acordo com o Quadro 9, entre 1994 e 2000, foi de cerca de 520,5 milhões de dólares, dos quais 16,8 por cento para a indústria, 57,2 por cento para o turismo e 26,0 por cento para os restantes sectores.

Foram gerados pelos projectos realizados mais de 10.000 postos de trabalho, dos quais 66 por cento na indústria, 26 por cento no turismo e os restantes 8 por cento pelos diferentes sectores.

Em 1999, o conjunto dos investimentos, particularmente os realizados no contexto das empresas francas, geraram 60 milhões de dólares.

Em 2001 (primeiro semestre) os projectos em fase de investimento correspondiam a investimentos globais da ordem dos 260 milhões de dólares, com destaque para o turismo com 82,5 por cento (excluindo os serviços turísticos: 1,7% e infra-estruturas turísticas: 7,7%) e indústria, com 4,8 por cento.

Em 2001 os projectos em operação, em valor de investimento e número de empregos gerados, podem ser analisados no Quadro 10.

## Quadro 10

### Projectos em Operação

	Investimento (milhões de USD)		Emprego	
	Total	%	Total	%
Indústria	43,5	23,1	2.139	65,2
Turismo	59,4	31,6	746	22,8
Serviços. Turísticos	4,4	2,3	97	3,0
Outros	81,1	43,0	296	9,0
<i>Totais</i>	188,4	100,0	3.278	100,0

Fonte: Promex-Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações, 2001

Mais uma vez se verifica que os projectos industriais são os que promovem a criação de maior número de empregos e que os projectos turísticos são os que envolvem maior volume de investimento.

### ***Instituições promotoras do investimento e desenvolvimento empresarial***

Com o objectivo de promover o investimento externo, a imagem do país, o turismo e as exportações, foi criado em 1990 o Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações – PROMEX, que funciona como balcão único de atendimento do investidor externo.

Cabe ao PROMEX identificar e avaliar a capacidade e credibilidade do investidor externo; auxiliar o investidor nos seus contactos com entidades públicas e privadas nacionais; dar apoio logístico e acelerar o processo de autorização de investimento; proceder à identificação de parceiros nacionais, apoiar a constituição de *joint-ventures* e a procura de investimentos e prestar informações gerais sobre a economia e as condições de investimento externo em Cabo Verde.

O PROMEX é responsável, ainda, pela gestão das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e dos Parques Industriais (da Praia e do Mindelo) e pela negociação e concessão de terrenos.

A fim de promover o desenvolvimento da capacidade empresarial nacional e a melhor utilização da capacidade produtiva instalada, particularmente das pequenas e médias empresas, foi criado em 1992 o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE).

O IADE identifica e divulga ideias de projectos potencialmente viáveis e presta assistência técnica aos promotores e empresas na elaboração, avaliação e/ou reformulação de estudos e de projectos de investimento.

Gere, ainda, programas de apoio e assistência ao sector empresarial de que são exemplo o Programa de Fomento Empresarial (PROFE) e o Apoio à Iniciativa de Jovens Empresários (AIJE) e funciona, ainda, como «antena» do Centro de Desenvolvimento Empresarial (CDE), com sede em Bruxelas.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem como objectivo fomentar a actividade privada e está vocacionado para o apoio às micro-empresas e à promoção do emprego. A Direcção-Geral do Comércio e Concorrência e a Direcção-Geral da Indústria e Energia têm um papel importante na promoção de um ambiente favorável à criação e consolidação das pequenas, médias e micro-empresas.

Por outro lado, a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) assegura a gestão de linhas de crédito às micro-empresas.

A par destas instituições públicas, em Cabo Verde existe um movimento associativo empresarial dinâmico. As Associações Empresariais mais representativas são os parceiros

preferenciais do IEFEP na implementação de políticas direccionadas para o apoio às micro-empresas.

Existem duas Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços e duas Associações Empresariais, distribuídas pelo Barlavento e pelo Sotavento.

A Associação Comercial de Sotavento (ACS), com sede na Praia, fundada em Agosto de 1918, tem como objectivo principal vigiar e proteger os interesses gerais e comuns do comércio em todo o território nacional e especialmente nas ilhas de Sotavento.

Por seu lado, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento (ACIAB), com sede no Mindelo, fundada em Abril de 1918, tem igualmente como objectivo principal proteger os interesses gerais do comércio, da indústria e agricultura em todo o país e, de modo particular, nas ilhas de Barlavento.

O programa de acções a desenvolver por estas Associações inclui a promoção empresarial, a facilitação do investimento e da iniciativa privada, a formação profissional e a promoção do associativismo empresarial.

A Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS), com sede na Praia, fundada em 15 de Novembro de 1995, tem como objectivos principais: servir de intermediário e elo de ligação entre os agentes económicos seus associados e os poderes públicos; estudar os problemas que afectam os sectores económicos que abarca e propor medidas pertinentes para a sua resolução; apresentar aos órgãos, instituições e autoridades competentes, propostas e sugestões visando melhorar o exercício das actividades compreendidas no seu âmbito de actuação.

Finalmente, a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento (CCIASB), com sede no Mindelo, fundada em 6 de Dezembro de 1996, tem como objectivos principais ajudar à concretização de negócios, promover o crescimento do emprego e encorajar e promover a competitividade das empresas nacionais. Propõe-se, ainda, prestar serviços a associados, promover o desenvolvimento de relações com o Estado e municípios e com as Câmaras e agremiações empresariais nacionais e estrangeiras.

Como se verifica, o papel das Câmaras e Associações Empresariais pode ser determinante na concretização do objectivo de ampliar a base produtiva da economia cabo-verdiana. Precisam, no entanto, *de reforçar a sua capacidade técnica de intervenção contando, neste particular, com o apoio e cooperação de Associações Empresariais estrangeiras, particularmente da CPLP.*

### **Conclusões**

Cabo Verde oferece vantagens comparativas, possui leis, mecanismos e ambiente adequados ao investimento e, ainda, instituições promotoras do investimento e desenvolvimento empresarial. E, para além disso, existem os parceiros (empresas e associações empresariais) necessários à criação das necessárias parcerias público-privadas.



O investimento externo poderá e deverá desempenhar um papel importante. De facto, os recursos, mercados, capacidade de gestão e organização que propiciam e, sobretudo, o aproveitamento das vantagens e oportunidades que Cabo Verde oferece, *em parceria* com empresários cabo-verdianos, serão importantes no desenvolvimento autosustentado do país.

No entanto, papel determinante esteve e estará, durante mais alguns anos, reservado aos parceiros externos do desenvolvimento. De facto, a ajuda pública ao desenvolvimento continua a ser imprescindível, sobretudo, para a implementação e concretização dos investimentos públicos e para garantir o equilíbrio da Balança de Pagamentos.

#### **Parte IV**

### **Estratégia de Desenvolvimento: Breves Considerações e Algumas Propostas com Vista à Mudança**

#### ***Estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde: breves considerações***

O modelo de desenvolvimento apoiado nas vantagens comparativas e oportunidades determinadas pela localização de Cabo Verde; nas remessas dos emigrantes e na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) está, como vimos, esgotado – sobretudo no momento em que se verifica uma tendência para a redução da ajuda; para a quebra de oportunidades de emigração para os países desenvolvidos (mão-de-obra especializada) e, no que respeita às remessas dos emigrantes, uma tendência para a sua estagnação, ou mesmo redução, face ao envelhecimento dos elementos da diáspora e à possível diminuição da ligação ao País por parte dos elementos da 2ª e 3ª gerações.

Face ao exposto, há necessidade de uma mudança profunda e rápida da realidade económica do País, promovendo a transformação das vantagens comparativas em vantagens competitivas em áreas-chave a determinar.

Assim, a curto prazo a aposta faz-se, parece-nos que bem, no turismo e indústria ligeira (confeccões, têxteis e calçado). Associados ao turismo e à indústria ligeira aparecem: aeroportos e portos, transportes inter-ilhas, *shipping*, manuseamento de contentores e artesanato.

A médio prazo haverá que criar vantagens competitivas em áreas como:

- a) *mar*: processamento de produtos do mar; sistema de refrigeração, congelação e conservação; pesquisa marinha; *shipping*; informações a frotas; novas energias (ondas e vento) e aquacultura;
- b) *aerportos*: terminais para passageiros e carga; voos *charter*, *duty free shopping*;
- c) *serviços offshore*: bancos *offshore*; companhias de seguros; feiras francas; comunicações e informática.

Mas, para se competir no mundo global têm de existir eficiência e produtividade, custos competitivos, produção com qualidade e *marketing/comunicação*. E tudo isto só é possível com recurso a capitais (locais e externos, privados e públicos) e a modernas tecnologias.

E todos esses instrumentos, capital, tecnologia e iniciativa, só são possíveis de reunir recorrendo às parcerias entre os poderes público (Estado e autarquias) e os privados (sociedade civil e empresas nacionais e estrangeiras).

***As parcerias público-privadas: sua importância para a boa governação e desenvolvimento***

Podemos dizer que os quadros de referência para o desenvolvimento giram em torno de:

- objectivos de desenvolvimento do Milénio;
- estratégias de redução da pobreza;
- consenso de Monterrey;
- plano de acção de Joanesburgo.

Como já referimos antes, os pilares da NEPAD assentam na importância atribuída às parcerias reforçadas, à responsabilização mútua, ao compromisso relativamente aos resultados pretendidos e aos *peer review*.

Por outro lado, um dos aspectos mais relevantes da NEPAD assenta no facto de se aceitar que o desenvolvimento só é possível com a existência de boa governação pelo que, neste momento, existe um ambiente adequado ao desenvolvimento e consolidação das parcerias público-privadas.

*Da análise da experiência da República de Cabo Verde, fica claro que as PPPs multi-nível e multi-dimensionais podem resolver muitos dos problemas atrás identificados.*

No âmbito político existem amplas oportunidades para o governo (ao nível central, sectorial e local) participar em parcerias envolvendo múltiplos parceiros da sociedade civil.

Nesta situação, o governo central poderia ser responsável pela integração no Plano Nacional e/ou Regional de Desenvolvimento das prioridades locais e assegurar as «garantias» dos necessários recursos financeiros, enquanto o poder local seria responsável pela coordenação dos actores privados envolvidos nas PPPs e pela identificação de empresas com perfil para participar nos diferentes projectos.

Os Ministérios, tais como o Ministério das Finanças e, caso a caso, os Ministérios Sectoriais – agricultura, infra-estruturas, indústria, etc. – deveriam também ser envolvidos.

Este tipo de parcerias, envolvendo o poder local faz sentido tanto em países em desenvolvimento como em países industrializados. Claro que nem todos os níveis e sectores precisam de estar presentes em todas as PPPs e as actividades em que se envolvem poderão acontecer a diferentes níveis. *Todos estes detalhes deverão constar do acordo de parceria.*

Na parte da equação que diz respeito ao sector privado, há muito campo para desbravar. Desde logo, mais do que existir um (só) parceiro privado, ou consórcio, envolvidos num projecto ou na discussão de políticas económicas em geral, é importante notar que o espectro de eventuais parceiros é bastante mais alargado. Pela sua natureza, sindicatos, câmaras de comércio e associações de comércio e indústria – normalmente consultadas pelos governos – representam apenas parte dos actores nacionais. Também as ONG que trabalham na esfera económica podem avançar com valiosos contributos, bem como as associações de emigrantes, comerciantes locais, empresas e grupos sociais.

Os actores económicos estrangeiros – para além das organizações internacionais – tais como grandes investidores ou importantes parceiros comerciais devem ser sensibilizados e convidados a participar.

Quando a experiência e aptidão em círculos governamentais são escassos, como é frequentemente o caso em países em desenvolvimento, particularmente nos mais pobres, as consultas alargadas podem reforçar o conceito de PPPs, não somente como mecanismo facilitador mas, sobretudo, pela contribuição decisiva para o aumento de eficiência e eficácia do processo democrático.

Sempre que as PPPs são usadas para o desenvolvimento económico, de infra-estruturas ou projectos sociais, o princípio da participação alargada também se aplica. Neste caso, em vez de existir um estreito relacionamento entre uma ou duas empresas, estrangeiras ou locais, e um organismo público, é importante a presença de consórcios nacionais e/ou internacionais que incluam um relativamente grande número de pequenos parceiros locais.

No caso específico de Cabo Verde, como já vimos, a diáspora tem um papel importante a desempenhar. As vantagens são muitas, tais como diminuição relativa do risco, melhor conhecimento e consequente utilização dos recursos locais, mais fácil acesso a financiamentos e, ainda, menor dependência do projecto de um só parceiro, o que aumenta a probabilidade de sucesso.

O sector privado local pode ser envolvido no processo com ganhos evidentes de conhecimento e capacidade resultantes das parcerias com parceiros externos, desde que as empresas estrangeiras sejam persuadidas a participar em projectos que sejam (eles mesmos) apoiados e participados não só pelos governos mas também por um grande número de empreendedores locais.

Para as empresas estrangeiras, a existência de uma base sólida de parceiros locais é bastante mais importante do que contar com o entusiasmo continuado de um só investidor local (que pode vir a perder o interesse).

Por outro lado, os empresários locais sentir-se-ão menos dependentes do interesse passageiro de um parceiro externo e será mais fácil persuadi-los a participar em projectos.

Estas parcerias PP/PP/PPP (público-público/público-privado/privado-privado, tendo em conta, na vertente privada, sociedade civil residente, elementos da diáspora, empresários lusófonos e

outros empresários estrangeiros) oferecem, por outro lado, vantagens significativas: aumentando o número e dimensão das parcerias, reduzem o risco de corrupção pela elevação dos níveis de vigilância, contribuindo, assim, para a boa governação, que é um instrumento essencial para que os países em vias de desenvolvimento beneficiem, como é o caso de Cabo Verde, da globalização.

E, do nosso ponto de vista, estas parcerias são fundamentais para que Cabo Verde se posicione para as necessárias mudanças, assentes em critérios de produtividade e competitividade, que favoreçam o desenvolvimento sustentado e a boa governação.

### ***Algumas propostas com vista à mudança***

#### *a) desempenho macro-económico*

Como se afirmou antes, a manutenção da estabilidade macroeconómica é indispensável ao desenvolvimento sustentado, sendo indispensável manter sob controlo o défice orçamental, a inflação e o equilíbrio externo.

Atendendo a que o agravamento do desequilíbrio orçamental se deve à expansão das despesas, há que promover a contracção das despesas públicas (particularmente das despesas correntes, para sacrificar o menos possível as despesas de capital).

Nas despesas correntes, as economias mais significativas deverão ser conseguidas nas despesas com o pessoal, sendo imprescindível uma rigorosa política salarial na função pública.

É imperioso proceder à modernização e descentralização da administração pública, de modo a que esta possa assegurar a qualidade dos serviços com ganhos de produtividade.

No que diz respeito às receitas, é importante criar e aplicar o IVA e aumentar os impostos que incidem sobre o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco e a importação de bens de luxo.

#### *b) agricultura*

As ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica, acidentadas e pouco propícias à agricultura. Para além disso, e a par do crescimento da população e das necessidades alimentares, assiste-se à sua *desertificação* e conseqüente perda de terras aráveis (no entanto, é justo lembrar que a área coberta por «florestas» passou de 8,7 por cento, em 1990, para 21,1 por cento, em 2000, segundo Relatório do Desenvolvimento Humano 2003, PNUD).

A natureza dos solos e a inexistência de cobertura vegetal determina a incapacidade dos mesmos para reter a água. Donde, é importante continuar a promover a *florestação* com o objectivo de proteger os solos e conservar as águas das chuvas, produzir lenha e pasto para gado e, ao mesmo tempo, implementar novos sistemas de captação de água e de rega.

No entanto, a pressão demográfica, e conseqüente aumento da necessidade de lenha, colide com o desenvolvimento das florestas e manutenção dos pastos.

Por outro lado, os hábitos alimentares das populações levam ao consumo de produtos cujas culturas não estão adaptadas às características dos solos. As terras irrigadas deveriam ser

utilizadas em culturas alimentares (hortaliças e frutas) o que nem sempre acontece (ex: a produção da cana de açúcar destinada à produção de aguardente grogue em Santo Antão, com recurso ao sistema de regadio).

O uso racional da água de rega é outro factor importante na garantia da produção. Há que generalizar os sistemas de regadio que permitem economizar a água (sistema gota a gota ou de molha localizada).

Finalmente, em termos de produção e para além das culturas alimentares, dever-se-à apostar na banana, nas flores ornamentais e no café, aliás de óptima qualidade (ilha do Fogo), como produtos destinados à exportação.

### *c) educação*

Referiu-se já que Cabo Verde possui uma mão-de-obra jovem e relativamente bem qualificada. É, no entanto, insuficiente para fazer face aos desafios que o país terá que enfrentar.

A educação e a formação profissional têm implicações decisivas no crescimento económico pelos seus efeitos na produtividade, na mobilidade do emprego, no melhor desempenho empresarial e na inovação tecnológica.

Dado que Cabo Verde tem necessidade, sobretudo, de quadros técnicos, dever-se-á promover a formação técnica e profissional, geradora de aptidões (mais técnicas, mais especializadas) que possibilitam uma melhor integração no mercado de trabalho e a obtenção de maiores níveis de produtividade.

No que se refere ao ensino superior, definido como objectivo nas Grandes Opções do Plano para 2001-2005, parece não ser uma necessidade de curto prazo.

Com efeito, num país com escassez de recursos destinados ao funcionamento dos níveis básicos do sistema educativo, será difícil criar e consolidar uma instituição de ensino superior, pelos recursos humanos e financeiros de que tal projecto necessita.

Além disso, há fortes condicionantes à criação do ensino superior que devem ser ponderados: dispersão geográfica (logo necessidade de um grande esforço no apoio a grande parte da população estudantil deslocada das outras ilhas); pequena dimensão e fraca procura de quadros superiores por parte do mercado de trabalho. Seria talvez mais adequado, a curto prazo, avançar-se para a criação de cursos de tipo politécnico (de 3 anos).

Mas haveria que resolver, previamente, a questão do financiamento. Uma solução seria discutir com os países doadores a hipótese de se transferirem os gastos em bolsas de estudo para a formação realizada no estrangeiro para o financiamento da formação realizada no país.

Por outro lado, os cursos teriam que ser adaptados às necessidades do limitado mercado de trabalho. Por exemplo, faria todo o sentido, dada a importância dos transportes na economia cabo-verdiana, criar um curso médio/superior em economia de transportes.

A concretizar-se, poderá tratar-se de um projecto envolvendo Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor, possível embrião de uma futura Universidade Regional destinada a alunos oriundos dos PALOP e/ou da CEDEAO.

d) *saúde*

Na área da saúde, é de realçar a necessidade que Cabo Verde tem de médicos especializados, sobretudo no campo da cirurgia, a fim de evitar que os cidadãos que necessitam ser submetidos a cirurgias complexas tenham, para o efeito, que recorrer a hospitais situados no estrangeiro, com o conseqüente dispêndio de divisas.

No entanto, dois problemas se colocam. Por um lado, a necessidade de assegurar a sua formação e especialização no exterior e, por outro, assegurar condições suficientemente atraentes (de trabalho, progressão na carreira, financeiras, etc.) para estimular o seu regresso ao país.

Sabe-se que os quadros especializados, de alto nível, têm tendência a procurar trabalho em países possuidores de alta tecnologia e de altos salários. Trata-se da chamada *fuga de cérebros*, com reflexos negativos nos países de origem, mais ainda quando estes são países africanos.

Mas também se verifica, que quando os países criam condições e estímulos adequados à sua integração (de que é exemplo paradigmático a República da Coreia, que oferece aos quadros especializados e professores formados no exterior, salários equivalentes aos dos países de acolhimento, melhores condições de trabalho, de habitação e subsídios para apoio à formação dos seus filhos), o número de quadros que regressa tem tendência a aumentar.

Um número significativo de quadros especializados cabo-verdianos reside e trabalha no estrangeiro. A título de exemplo, é de referir o caso de Macau. Em 1999, ano da transferência da administração daquele território de Portugal para a República Popular da China, a diáspora cabo-verdiana era constituída por cerca de 100 emigrantes, quase todos com formação superior, muitos deles médicos altamente experientes e qualificados, ocupando lugares de direcção de serviços em hospitais de Macau.

Assim, Cabo Verde (a exemplo da Coreia) deverá criar condições para assegurar o regresso e integração de parte destes médicos e, ao mesmo tempo, promover a formação de outros no exterior. Esta sim é uma lacuna que importa colmatar, com reflexos positivos no futuro desempenho económico e social de Cabo Verde.

Ainda a nível de pessoal médico (médicos e enfermeiros), e apesar de Cabo Verde ser um dos países africanos com melhores indicadores de população e saúde, há que priorizar especializações adequadas ao combate às principais causas de mortalidade no país: as doenças infecciosas e parasitárias e as afecções respiratórias.

Poder-se-ia mesmo equacionar a criação de clínicas especializadas no tratamento de doenças respiratórias, características de zonas desérticas (por hipótese, na Praia e Sal, aproveitando os

dois aeroportos internacionais aí existentes), de alta qualidade, qualificadas para prestar serviços internos e para a exportação de serviços especializados de saúde a países da Europa, América do Norte e, sobretudo, da África Ocidental. Poder-se-ia promover o estabelecimento de acordos de cooperação científica com instituições hospitalares estrangeiras (por exemplo, unidades hospitalares de vanguarda existentes no Colorado, Estados Unidos).

Tratam-se de projectos de investimento de média dimensão, rentáveis, geradores de emprego e de prestígio para Cabo Verde. No caso da assistência a residentes há, ainda, a considerar a economia em custos de transporte e de estadia no exterior.

e) *turismo*

Mercê das excepcionais condições naturais, o turismo é hoje um sector de importância estratégica.

No entanto, existem constrangimentos que importa ultrapassar de modo a tornar Cabo Verde, definitivamente, num destino turístico internacional, de que destacamos os necessários investimentos:

- em infra-estruturas turísticas, a fim de se aumentar a oferta e qualidade dos serviços prestados;
- na oferta e qualidade de animação turística (iniciativas culturais, campos de ténis, marinas, etc.);
- nos serviços de saúde e de assistência médica aos turistas e, ainda, meios necessários ao seu expatriamento urgente, em caso de necessidade;
- em infra-estruturas urbanas, de saneamento básico e de produção, transporte e distribuição de água e electricidade;
- em infra-estruturas de transporte aéreo (nacional e internacional), marítimo (de passageiros inter-ilhas) e rodoviário.

Outro constrangimento importante está no elevado preço das viagens aéreas entre a Europa e Cabo Verde. Ultrapassadas as actuais restrições ao transporte aéreo, Cabo Verde poderá receber mais visitantes.

Para o efeito, seria importante liberalizar a utilização do espaço aéreo entre Portugal e Cabo Verde, limitando o actual monopólio da TAP e dos TACV para aquela rota. E, apesar de os TACV estarem em processo de privatização e a investir em novas rotas e aviões, a possibilidade de liberalização parece agora possível.

Com efeito, após a recente visita do primeiro-ministro de Portugal a Cabo Verde (Julho de 2003) os governos de ambos os países comprometeram-se a rever o Acordo de Cooperação Aérea, ainda durante o ano de 2003, com o objectivo de promover a gradual liberalização do tráfego aéreo por companhias de cada um dos países a operar para o outro, de modo a promover a diminuição das tarifas e o aumento do tráfego, com reflexos positivos no turismo.

Tal liberalização permitirá a realização de voos *charter*, com preços unitários de transporte mais baixos. A título de exemplo refira-se que a Itália, que realiza voos *charter*, em 2000 conseguiu ultrapassar Portugal em número de turistas.

Há que continuar a promover a dinamização do sector tendo como objectivos beneficiar dos efeitos positivos sobre a economia interna; promover efeitos multiplicadores das despesas turísticas e assegurar o respeito pelo ambiente natural, cultural e humano (eco-turismo).

Reveste-se de grande importância estimular o desenvolvimento de um turismo social interno destinado à população residente, bem como criar condições de atracção turísticas para os cabo-verdianos emigrados. Há, igualmente, que promover o desenvolvimento do mercado de artesanato.

#### f) *sector privado*

O tecido empresarial privado é composto por cerca de 7.000 médias, pequenas e micro empresas de iniciativa nacional, a grande maioria com pouco pessoal remunerado (menos de 10 trabalhadores) mas, apesar disso, com reflexos positivos na criação de emprego.

O *sector informal*, pela sua importância e dimensão (cerca de 40% da população activa trabalha nas microempresas do sector), tem um papel preponderante dado que absorve parte significativa da mão-de-obra excedentária e oferece rendimentos suplementares aos seus promotores (no caso de Cabo Verde, um número significativo destes são funcionários públicos, o que *poderá* ocasionar o aparecimento/aumento da corrupção).

Em Cabo Verde existem constrangimentos ao funcionamento do sector informal, com destaque para a reduzida dimensão do mercado interno e para as insuficientes estruturas de transportes e comunicações entre ilhas; para a escassez (ou mesmo inexistência) de matérias-primas; para as políticas de importação desfavoráveis e, finalmente, para o difícil acesso ao crédito.

No entanto, com incentivos e apoios adequados, a actividade informal pode ser o embrião de empresas e empresários do sector estruturado. Neste sentido, há sintomas positivos a reter: em fins de 1997, 63,4 por cento dos proprietários de micro-empresas do sector informal consideravam que o negócio funcionava bem ou razoavelmente, e 65,2 por cento considerava a hipótese de aumentar o negócio e sujeitar-se a acções de formação profissional (Inquérito ao sector informal, IEPF, 1997).

Com tais características, recursos escassos e pequena dimensão do mercado interno, parece adequado o desenvolvimento de PME's com produções destinadas ao mercado externo.

Para tal, e a exemplo de Taiwan, por um lado, os incentivos governamentais serão fundamentais e, por outro, os membros da diáspora podem fornecer capitais e, ainda, facilitar as relações comerciais entre Cabo Verde e os seus países de acolhimento.

No que se refere às privatizações, o sector privado cabo-verdiano não possui recursos financeiros suficientes para ter um papel preponderante nas mesmas. No entanto, as parcerias



com investidores oriundos da diáspora e estrangeiros têm permitido a materialização de iniciativas de sucesso.

Deverá ser incentivado e apoiado o investimento com origem na diáspora, destinado à criação de parcerias «público-privado» e «privado-privado», estes envolvendo investidores nacionais residentes e expatriados.

O sector privado nacional deverá ser apoiado (financeiramente, formação profissional, acesso a informação e mercado) de modo a criar empresas estáveis (e emprego), *especialmente descentralizadas de modo a combater as assimetrias entre ilhas*, com boa produtividade (difícil dada a sua dimensão) e com processos de gestão transparentes.

O investimento externo deve ser estimulado, orientado e captado para as áreas de média/alta tecnologia, de alta produtividade e, ainda, para as indústrias de produção destinadas à exportação, com reflexos positivos no combate ao défice comercial (na Irlanda, o investimento centrado nas actividades de alta produtividade e de exportação provocou grande aumento do excedente comercial, passando de 7 por cento do PIB em 1991, para 25 por cento em 2000).

Como exemplo de investimento a estimular e apoiar, refira-se a área de montagem e acabamentos de produtos electrónicos e informáticos e posterior criação de *software*.

Finalmente, cabe sublinhar que, tal como na administração pública, nas empresas é fundamental garantir uma boa governação (*corporate governance*).

#### *g) papel da diáspora*

Entre 3 e 6 de Abril de 2002, teve lugar na cidade da Praia, o III Congresso dos Quadros Cabo-verdianos na Diáspora, subordinado ao tema central: as segundas gerações da diáspora cabo-verdiana.

Essa oportunidade foi aproveitada para confirmar a dimensão da diáspora cabo-verdiana, espalhada pela América, Europa e África e, sobretudo, o seu potencial e capacidade de intervenção na vida económica, social e política de Cabo Verde (quer através das remessas do exterior, quer como potenciais investidores).

Torna-se imperioso cativar o investimento de emigrantes já que a experiência recente, em Cabo Verde, aponta para casos de sucesso na criação de empresas por parte destes, graças ao seu espírito de iniciativa, a uma consolidada cultura empresarial e aos recursos tecnológicos e financeiros de que dispõem.

Assim, deverá ser estimulada a criação de parcerias «público-privados» para projectos de maior envergadura (infraestruturas, grandes empresas exportadoras, unidades hoteleiras de luxo, etc.) e de parcerias «privado-privado», envolvendo investidores nacionais (residentes e expatriados) e estrangeiros, para a criação de novas empresas em sectores tais como, por exemplo, turismo, novas tecnologias, montagem de equipamento informático, *shipping* e comércio.

É, igualmente, importante que no campo da educação, formação e investigação se aproveite o potencial de redes universitárias da diáspora (de estudantes, professores e investigadores) criando-se, para o efeito, redes-piloto de ligação/relacionamento.

#### *h) boa governação e sector privado*

O Centro de Desenvolvimento da OCDE realizou diversos estudos e organizou um conjunto de relevantes conferências internacionais com o objectivo de evidenciar a relação entre boa governação, particularmente a nível da corrupção, e empresas privadas. Destes estudos e conferências resultou claro que o sector privado desempenha um papel decisivo no apoio à boa governação e na luta contra a corrupção.

De facto, um estudo realizado conjuntamente com o PNUD (1998), revelou a necessidade de uma larga coligação de base entre a sociedade civil e o mundo empresarial em prol da boa governação. A Conferência levada a cabo pelo Centro de Desenvolvimento sobre Corrupção (Washington Conference on Corruption, 2000), elegeu a frase «a corrupção é má para os negócios e os negócios são maus para a corrupção». Por outro lado, o trabalho realizado para o Centro de Desenvolvimento, por Shang-Jin Wei (Wei, 2000), demonstra que a ausência de uma boa governação determina instabilidade nos fluxos de capitais e uma proporcional redução do crescimento induzido do IDE. Finalmente, outro trabalho do Centro (Bonaglia et al, 2001) mete em relevo a relação positiva entre participação na economia global – «globalização» – e boa governação.

Estabelecida a relação entre boa governação e sector privado empreendedor, o caso de Cabo Verde assume um interesse particular. Como vimos, Cabo Verde reveste-se de características ímpares. O sector privado é reduzido e a maioria das empresas apresenta pequena dimensão (micro e pequenas empresas). No entanto, os níveis de corrupção no país são baixos comparativamente aos padrões internacionais e muito baixos comparativamente aos do continente africano. Todavia, seria um erro supor que esta constatação desobriga o país de, em simultâneo, estimular o sector privado e reforçar a boa governação.

O objectivo do presente estudo consiste em examinar as alternativas e condições para que Cabo Verde possa, a longo prazo, reduzir a pobreza e consolidar o crescimento e desenvolvimento económico, sem depender da ajuda externa. Tal objectivo implica criar condições para atrair o IDE; estimular a poupança e o investimento interno e promover o aumento das receitas públicas sem recurso a fontes externas.

Haverá, assim, necessidade de «reorientar» a economia no sentido do sector privado no contexto de um permanente respeito pelas leis e regulamentos. Em simultâneo, deve promover-se a criação de um adequado quadro legislativo e regulamentar de enquadramento do sector privado. Estas acções devem ser empreendidas conjuntamente, evitando-se contradições (choques) entre o crescimento da iniciativa privada e o respectivo controlo, de modo a assegurar maior eficiência.

Evitar o aumento da corrupção, tal como vimos, depende da dimensão, dinâmica e independência do sector privado, o que está intimamente ligado ao ambiente económico e à capacidade de atracção de forma segura e durável de fluxos financeiros. Caso Cabo Verde queira alcançar o objectivo de não dependência da ajuda externa, a implementação das medidas propostas é indispensável.

Contudo, o país apresenta vantagens tanto pela sua pequena dimensão como pela homogeneidade da sua cultura. Reformas da regulamentação têm sido conduzidas noutros PVD com resultados diversos. Geralmente têm ocorrido em climas de crise e têm sido impostas de cima para baixo, muitas das vezes com a implementação de programas de ajustamento impostos do exterior. As investigações conduzidas pelo Centro de Desenvolvimento mostram que estas não são as condições óptimas para o sucesso das reformas (Morrison, 1992). Pelo contrário, os ajustamentos voluntários e as reformas num clima de consenso nacional não só são mais viáveis como revelam maior impacto na redução da pobreza e desigualdades sociais.

Durante o Seminário, realizado em 19 de Novembro de 2001, e do desenrolar das actividades de investigação que estiveram na origem deste documento, foi insistentemente referido o elevado nível do consenso social em Cabo Verde. Da nossa investigação, é no entanto claro, que tal consenso não foi *ainda* suficientemente mobilizador no sentido de promover a implementação das reformas económicas necessárias.

*Assim, sugere-se a realização de uma parceria entre os sectores público e privado com vista a atrair mais investimento estrangeiro e propõe-se igual abordagem no âmbito da reforma da regulamentação de forma a promover um quadro propício e estimulante para o desenvolvimento do sector privado.*

Tal abordagem poderá assumir a forma de Comissões, integrando representantes eleitos da administração pública e das empresas privadas, cuja função será a de concertar posições sobre propostas legislativas e instrumentos de regulamentação antes de assumirem a forma de lei assegurando-se, por esta via, a sua maior aceitação prévia. Um tal sistema teria, ainda, a vantagem acrescida de «captar» a confiança dos investidores externos, alguns dos quais pertencentes, inevitavelmente, à comunidade de emigrantes cabo-verdianos (mais de 500.000).

É evidente que as referências à integridade da vida pública não podem ignorar as responsabilidades dos representantes eleitos e dos funcionários públicos num quadro normativo-legislativo. Desta forma, quaisquer reformas económicas destinadas a maximizar a qualidade de vida dos investidores privados terão de ocorrer num ambiente de respeito pela lei, incluindo o próprio Estado. Neste contexto, os dirigentes de Cabo Verde devem estar conscientes das tentações para o uso dos recursos públicos para fins políticos de curto prazo (nomeadamente em período pré-eleitoral).

As reformas, só por si, são insuficientes quando não acompanhadas de adequados mecanismos de fiscalização, bem como de um sentido de responsabilidade cívica a todos os níveis da sociedade. Este simples princípio foi já demonstrado através de um trabalho do

Centro de Desenvolvimento (Hors, 2001), embora a simplicidade da ideia se confronte com certa complexidade na sua implementação.

Uma troca de opiniões (*benchmarking*) face a determinadas referências pode ajudar a medir o sucesso do esforço de aperfeiçoamento da governação, mas a manutenção da transparência e de uma sociedade democrática, na qual o sector privado assuma o seu papel, é o factor crucial da boa governação.

## Bibliografia

Associação Industrial Portuguesa (1998), *Guia de oportunidades para as empresas portuguesas em Cabo Verde*, Lisboa: AIP.

Banque Africaine de Développement (2001), *Renforcement de la bonne gouvernance en Afrique*, Rapport sur le Développement en Afrique 2001, Paris : ECONOMICA.

Bonaglia, F., Braga de Macedo, J e Bussolo, Maurizio (2001), *How Globalisation Improves Governance*, Technical Paper No 181, Paris: OECD Development Centre.

Banco de Portugal (2001), *Evolução das economias dos PALOP*, Lisboa: Departamento de Relações Internacionais do Banco de Portugal.

Banco de Cabo Verde (2002), *Indicadores Económicos e Financeiros*, Praia: Departamento de Estatísticas e Estudos Económicos.

Bourdet, Yves (2000), *Reforming the Cape Verdean Economy. The economics of Mudança*, Lund: Department of Economics at the University of Lund.

Braga de Macedo, J., Cohen, C. e Reisen, H. (2001), *Don't Fix, Don't Float*, Paris: OECD Development Centre.

Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações de Cabo Verde (1998), *Perspectiva "o destino competitivo para o seu investimento"*, Praia: PROMEX.

Centro de Promoção Turística, do Investimento e das Exportações de Cabo Verde (1999), *Perspectiva "privatizações"*, Praia: PROMEX.

CNUCED (2000), *Les pays les moins avancés*, Rapport 2000, Nova Iorque e Genebra.

CNUCED (2000), *Profil de vulnérabilité du Cap-Vert*, mimeo, Genebra: CNECED.

Coface (2001), *Guide Risque Pays 2001*, Paris: Dunod.

Foy, Colm (1988), *Cape Verde, Politics, Economics and Society*, Londres e Nova Iorque: Printer Publishers.

Hors, I (2001), *Fighting Corruption in Customs Administration: What Can We Learn from Recent Experience?* Technical Paper No 175, Paris: OECD Development Centre.

IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional (1997), *Inquérito ao Sector Informal*, Praia

IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional (2002), *Estudo sobre a situação das micro-empresas*, Praia

INE, Instituto Nacional de Estatística (1997), *1º Recenseamento Empresarial*, Praia

International Monetary Fund (2001), *Cape Verde: recent economic developments*, IMF Staff Country Reports nº 01/174, Washington, D.C.

Lesourd, Michel (1995), *État et société aux îles du Cap-Vert*, Paris: Karthala.

- Ministério da Coordenação Económica (1999), *Economics Reform Program, Round Table Conference with the Development Partners*, Praia: MCE.
- Ministério das Finanças e do Planeamento (2001), *As grandes Opções do Plano – Uma proposta para o futuro*, Praia: MFP.
- Ministério das Finanças (1998), *Boletim de Conjuntura*, Praia: MF.
- Morrison, C (1992), *Adjustment and Equity*, Policy Brief No1, Paris: OECD Development Centre.
- Norro, Michel (1998), *Économies africaines - Analyse économique de l'Afrique subsaharienne*, Paris, Bruxelas: De Boeck Université.
- OCDE, *Études économiques de l'OCDE, Irlande 2001*, Paris.
- OECD Development Centre (2000), *Washington Conference on Corruption: Fighting Corruption in Developing Countries and Emerging Economies, the Role of the Private Sector*, Final Report, Washington.
- PNUD (1998), *Coopération au développement - Cap Vert*, Rapport 1997, Praia.
- PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, Lisboa.
- UNDP (2000), *Corruption and Integrity Improvement Initiatives in Developing Countries*, Nova Iorque, Paris: UNDP & OECD Development Centre.
- Wei, Shang-Jin (2000), *Negative Alchemy? Corruption and the Composition of Capital Flows*, Technical Paper No165, Paris: OECD Development Centre.